CIDADANIA E DEFESA

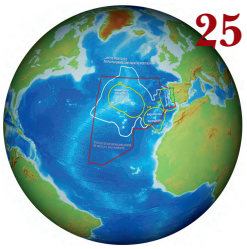
BOLETIM INFORMATIVO
n.º 46 I Novembro - Dezembro 2012

Memória, cultura e identidade são elos de uma cadeia que liga a esperança com a fé, rumo ao futuro… tendo como meta primeira a alcançar… defender e consolidar a portugalidade na senda da ética e do conhecimento

AACDN ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL
Instituição de Utilidade Pública

Sumário

3 Editorial
4 Alocução do Presidente da AACDN no encontro em Braga
6 Portugalidade e Crise de Valores
9 Portugalidade, Economia e Desenvolvimento
16 Modelos de Educação em Segurança e da Defesa
20 Conclusões em Resumo do Encontro Nacional de Auditores
25 Portugalidade, Defesa e Segurança. Que futuro no mar?
33 Visita a Guimarães
35 Adega Cooperativa de Ponte de Lima
36 Actualidades & Acontecimentos
38 1 de cada vez – Francisco Marques Fernando



Capa: Braga (Arco da Porta Nova), Guimarães (Castelo)

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores

Director **Frutuoso Pires Mateus** Secretário-adjunto **Manuel A. Borges Correia** Editor **Carla Fernandes** Conselho Editorial **Catulina Guerreiro, Luís Maia, Sandra Balão** Colaboração Fotográfica **Fernando Pires** e **Lusa-Agência de Notícias de Portugal** Composição Gráfica e Impressão **Europress, Lda.** Rua João Saraiva, 10-A - 1700-249 Lisboa Tel: 218 444 340 - Fax: 218 492 061 E-mail: europress@mail.telepac.pt Tiragem **1000 Exemplares** Depósito Legal nº **260726/07**

AACDN - Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional

Praça do Príncipe Real, 23 r/c Dto 1250-184 Lisboa • Tel: 213 465 888 • Fax: 213 257 886 • E-mail: aacdn.boletim@mail.telepac.pt

www.aacdn.pt

Editorial

Caros Associados,

No âmbito do Plano de Actividades para o ano de 2012, a Associação planeou e realizou o Encontro Anual de Auditores.

Não querendo ser repetitivo importa registar que o momento tardio em que esta Direcção iniciou o seu mandato colocou-nos alguns constrangimentos.

Em todo o caso, pensámos e agimos – trabalhando – para manter a efectivação deste evento, ocasião aproveitada regularmente pelos associados disponíveis para um saudável reencontro e felizes momentos de convívio e reflexão.

"Na Senda da Portugalidade", tema inscrito no programa dos órgãos directivos em exercício, levou-nos a optar por Braga para base do encontro sob aquele lema. Quisemos dar a presença da Associação na Capital Europeia da Juventude 2012, Braga, o que permitiu também, pela proximidade geográfica integrar no programa uma visita a Guimarães, Capital Europeia da Cultura 2012. Ficámos convictos que este sentimento chegou aos responsáveis autárquicos das duas cidades que nos acolheram e estiveram com a Associação. Pensamos, tal como os colegas que disseram presente e estiveram no Encontro, que as comunicações e conteúdos foram de excelência. Oradores da dimensão do Professor Francisco Carvalho Guerra, Professor Manuel Oliveira Marques Professor António Cândido de Oliveira, Professor Daniel Bessa a quem notável, cultural e meritoriamente se juntaram o Capitão-de-fragata Armando José Dias Correia, Subintendente António Manuel Leitão da Silva e Tenente-Coronel Carlos Manuel Mendes Dias e, TODOS, dando um inquestionável valor ao Programa do Encontro, enriqueceram a nossa Associação e interessaram vivamente o auditório. A Todos dizemos: Bem-Hajam!

Ficámos com o sentimento do dever cumprido, na dignificação da nossa Associação e dos Auditores dos cursos de Defesa Nacional.

Ao comemorarmos o 31.º Aniversário da nossa Associação, em 21 de Outubro, recordámos – lembrando – todos os Auditores dos Cursos de Defesa Nacional que já partiram deste mundo; e dizemos a todos aqueles que no Instituto da Defesa Nacional enriqueceram o seu saber e a sua cultura que a nossa Associação, para atingir os fins para que foi criada, precisa de ter no seu seio Homens e Mulheres que "nos caminhos da Nação" sintam Portugal.

Homens e Mulheres para quem a Pátria não seja só "a terra dos antepassados", mas também a terra onde nós nascemos e a terra dos vindouros.

Hoje, é imperativo que afirmativamente Nação e Pátria sejam entendidos como herança de sangue e idade, de idioma, de espírito (alma), de carácter, de bom nome e de honra...

Os Auditores dos Cursos de Defesa Nacional saberão, em cada momento, disso estamos certos, avaliar as suas responsabilidades na divulgação pública daquilo que é, realmente, a Defesa Nacional intimamente ligada à Nação, à Pátria e... sempre a PORTUGAL.

O Presidente da Direcção
Frutuoso Pires Mates
Sócio n.º 186

Alocução do Presidente da AACDN no encontro em Braga

Senhor Chefe do Gabinete do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga em representação do Senhor Presidente da Câmara
Senhor Presidente da Câmara Municipal de Guimarães
Senhor Representante da Universidade do Minho
Senhor Representante da Universidade Católica
Senhor Comandante do Regimento de Cavalaria 6
Senhor Comandante Territorial da Guarda Nacional Republicana
Senhor Comandante Distrital da Polícia de Segurança Pública
Senhor Director do Centro de Acção Social de Braga
Excelências
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Bem-hajam pela vossa presença, a qual interpreto como uma manifestação de vontade em querer ser cidadãos de pleno direito e de quem tem fé no país onde nasceu... um Portugal do futuro! Um Portugal que terá de basear-se na ética e no desenvolvimento e numa cultura de defesa e segurança.

Na Senda da Portugalidade é o tema deste nosso encontro.

Nós, em Portugal, estamos a viver momentos ímpares e difíceis e, por isso, temos um problema para resolver com urgência; se tal não acontecer poderão rebentar tensões e as consequentes convulsões sociais.

Origens e/ou causas desse problema?

Poderemos enunciar alguns dizendo que a nossa democracia ao assentar num sistema político/partidário nitidamente tamponado... que os portugueses foram deixados ao abandono, mal preparados nos bancos das escolas, no secundário e nalgumas faculdades... a ética e a cultura dos valores por vezes intencionalmente esquecidos....

Na verdade, no mundo de hoje, e particularmente neste início de século em que se registam aceleradas e profundas transformações políticas, económicas e sociais, os princípios éticos e morais, quaisquer que eles sejam, são frequentemente postos em causa.

A mudança rápida e a variedade de valores na sociedade actual vêm causando perplexidades e desorientação, com implicações significativas nas relações intergeracionais.

Por tal razão, a moral é um instrumento essencial e dela fazem parte a honra e a dignidade. A honra, neste sentido, pode considerar-se a qualidade moral que nos leva ao cumprimento (integral) dos nossos deveres, ao respeito pelo próximo e por nós mesmos. A dignidade é a força interior de um modo de comportamento com crédito indiscutível nos seus mais intocáveis valores.

A Nação precisa, no plano educacional, de fomentar racionalmente em cada cidadão o sentimento da honra e do dever, a lealdade e a nobreza de carácter, pois, entre outras virtudes, aliadas a um grande amor à pátria, são de importância capital.

Mesa de Abertura do Encontro "Na Senda da Portugalidade"

A defesa nacional é uma acção permanente que carece de uma educação que prepare a juventude para situações de estabilidade e de mudança.
A cultura de defesa, para além de uma afirmação genuína de identidade pessoal, contém a característica própria de ser transmissível aos outros.
Em Portugal, o interesse e a vontade de saber e de questionar a defesa nacional existem, mas, os níveis de informação e de formação sobre o tema poderiam ser mais claros e ricos de conteúdo.
Cabe ao estado, às comunicação social e associações como a nossa – a AACDN – colaborar, actuando, para que a defesa nacional seja entendida por nós, cidadãos de Portugal, como "coisa" nossa.
Na Senda da Portugalidade, a existência de uma opinião pública consciente e informada é essencial para a criação do espírito e da vontade nacionais que constituirão um fundamento indispensável de defesa nacional. E tal fundamento surgirá, assim, com um conteúdo amplo, traduzido numa condição nacional que se materializa pela constante garantia da sua sobrevivência e continuado desenvolvimento em paz e liberdade, pela manutenção da soberania, independência e unidade do estado e pela salvaguarda colectiva das pessoas, dos bens e dos valores morais.
E isto implica que defesa nacional seja uma acção permanente que, nos nossos dias e em termos educativos, materialize uma educação que prepare as gerações não só e apenas para a estabilidade e sobretudo para a mudança.
Pois grande parte daquilo que se transmite e ensina é superável; a sua vigência vital é cada vez mais curta e de um carácter provisório que nem sempre garante o tempo de uma geração.
Educar para a mudança é preparar as novas gerações para saberem controlar e gerir, com espírito aberto e capacidade de reflexão.
Assim sendo, educar para um espírito de defesa nacional, são e verdadeiro, terá por finalidade defender os valores nacionais, na perspectiva de serem alcançados os objectivos a que a nação se propõe.
Como valores nacionais mencionaremos a cultura, os usos e costumes, o território, o património histórico, as tradições e tudo o mais que, com as naturais adaptações que a história introduz na vida e nas aspirações do homem, identifica e congrega a nação. No seu conjunto, estes valores representam o cimento que liga entre si os cidadãos de cada nação, que constituem o padrão de vida que realiza a sua felicidade e que definem o polo que os atrai e os identifica. Quando eles existem não se dá por eles, mas se faltarem, então as nações entram em declínio e perecem.
Defender e consolidar a portugalidade, na senda da ética e do conhecimento.
É nosso entendimento que "memória" e "educação" se abraçam. A educação é transmissora não de um qualquer conteúdo, mas, e fundamentalmente, de uma "tradição", a qual, por sua vez, deve ser compreendida

Assistência na Sessão de Abertura

como uma tradição transformada em "memória". Memória passada como "cultura" e a educação como um cultivo da "memória" onde se destacam os dinamismos individuais e colectivos para a sua configuração específica; a tradição atravessa o passado, vive-se no presente e ajuda a projectar o futuro.
Assim, educar será, também, cultivar a memória.
Importa incentivar uma memória dinâmica e criativa pois ela contém a esperança que sendo predominantemente futuro é, também, um passado que raramente admite reedição.
Na Senda da Portugalidade é preciso que "regiões sociais" menos aromáticas em hábitos e costumes sociais nas áreas da defesa e da segurança (falo das juventudes partidárias) se assumam como portuguesas e responsáveis.
Assumir é, para além de uma palavra, ser activo e agir, é ser útil e principalmente ter uma atitude. Ter atitude, no âmbito da defesa e segurança, é uma operação/acção, consciente e fundamentada, que altera a origem dos acontecimentos, muda os seus fins e subverte a sua imagem.
Assumir, para um jovem, deverá ser honra e honestidade em cada acto e em cada amanhã.
Assumir antes fará sentido; mas, assumir depois parecerá redundante.
Os assumidos, doravante estarão do lado da defesa... na senda da portugalidade; e os não assumidos ficarão, comodamente, do lado do facilitismo, do deixa andar... que alguém... quando fizerem trovões... nos socorrerá com santa bárbara... isto não é professar uma identidade.
Assim, urge conseguir implantar, activar e tornar eficaz um sistema educativo para conquistar, assumir e afirmar uma identidade que seja portadora de uma cultura própria, portuguesa, capaz de o ser e para ser transmissível aos outros. Deste modo estaremos na senda da portugalidade.
Memória, cultura e identidade são elos de uma cadeia que liga a esperança com a fé, rumo ao futuro... tendo como meta primeira a alcançar... defender e consolidar a portugalidade na senda da ética e do conhecimento.

O Presidente da Direcção
Frutuoso Pires Mates
Sócio n.º 186 da AACDN

Fábrica da Autoeuropa em Palmela

Portugalidade e Crise de Valores

O presente trabalho resulta de uma análise sintética, direi mesmo telegráfica, das várias comunicações que foram apresentadas durante o Encontro Nacional de Auditores de Defesa Nacional teve lugar nos dias cinco e seis de Outubro na cidade de Braga, terra de História em que Portugal se revê.

O encontro, que teve por tema "Na Senda da Portugalidade", ocorreu num momento extraordinariamente complexo da sociedade portuguesa, quando o futuro do país começa a ser demasiado preocupante e em que as soluções governativas poderão não dar as respostas mais correctas para o ultrapassar da situação, numa altura, aliás, em que o mundo ocidental em geral e a Europa em particular apresentam indícios de desmoronamento e falta de saídas. Fruto de duas coisas: falta de líderes políticos e um preocupante afastamento dos valores que moldaram a sociedade ocidental.

Analisou-se o papel dos dirigentes políticos e da sua estranha colonização por um poder financeiro que tem a audácia de ditar as regras do jogo da Economia, assim destruindo princípios sagrados na relação de confiança entre governantes e governados.

Falou-se dessa quebra de valores, sempre fundamentais para a consistência de qualquer sociedade que queira e saiba vencer os seus desafios e da importância que a experiência portuguesa no mundo pode representar para a reposição desses valores agora em nítido declínio – a família, a Igreja, a instituição militar (fim do serviço militar obrigatório) e as instituições políticas.

Na realidade, sendo a nação portuguesa uma das mais velhas do continente europeu e tendo sido deste rectângulo que, nos séculos XV e XVI, se iniciou a globalização, Portugal terá de ser revisto nas suas capacidades sob pena de podermos, a médio prazo, perder algumas das característicos que fizeram dos portugueses um povo destemido, procurando, ao sair do seu exíguo território, continuar uma obra de engrandecimento nacional.

Vivemos, na realidade, tempos obscuros em que o futuro é preocupante, em especial para os jovens que, num mundo cada vez mais pequeno e limitado nos recursos, poderão ver os seus sonhos desfeitos perante a estranha inépcia dos políticos na ultrapassagem de uma crise financeira que, tendo começado em 2007/2008, não apresenta sinais de ser solucionada antes, ao que tudo indica, poderá terminar numa tragédia de contornos extremamente perturbantes.

Os grandes problemas com que se debate a sociedade portuguesa são diversos, todos eles interligados, pelo que só uma solução ampla, num contexto europeu mas com uma consciente participação dos nossos compatriotas, é viável e, naturalmente, quando os políticos, na verdade das suas palavras, demonstrem claramente que os sacrifícios exigidos correspondem à necessidade de

salvaguardar a segurança nacional e os interesses do Estado português.

Vejamos, num rápido filme, o que atormenta a sociedade portuguesa.

Em termos económicos, é comumente aceite que só uma Economia forte e com um crescimento razoável pode garantir duas coisas fundamentais na estabilidade social: o consumo normal das famílias e a manutenção do denominado Estado social.

Ora, os números não enganam e o que temos é desanimador:

1) Crescimento negativo da nossa economia;
2) Retracção lógica do consumo das famílias e das empresas;
3) Encerramentos e/ou falências de pequenas e médias empresas;
4) Uma taxa de desemprego que atingiu níveis históricos em Portugal (quer durante o Estado Novo quer nos anos da democracia).

Enfim, números que obrigam os responsáveis governamentais a um especial e redobrado cuidado na elaboração das suas políticas, explicando bem o que pretendem e qual a melhor via para as executarem, e isto de uma forma equitativa na distribuição dos sacrifícios.

A situação social é quase devastadora para centenas de milhares de portugueses sendo que só o Banco Alimentar contra a Fome dá apoio a cerca de 350.000 pessoas, sendo que uma fatia relativamente importante desses nossos compatriotas pertence à classe média, entretanto despojado dos seus empregos e, em muitos casos, das próprias casas.

Os até aqui florescentes sectores da construção civil e imobiliário, responsáveis por, respectivamente, 18% e 15% do PIB, estão em queda contínua, num mercado em que existirão mais de meio milhão de casas devolutas. Ora, sendo sectores que utilizam muitos trabalhadores, os despedimentos têm sofrido aumentos crescentes, mês após mês.

Nas famílias, em que muitos dos seus membros perderam os seus postos de trabalho, o consumo baixou cerca de 4% e a tendência é para um agravamento. A isto acresce que as dívidas de muitos agregados familiares não serão cobráveis a curto ou médio prazo e, de momento, o crédito mal parado das mesmas e das empresas é já extremamente preocupante pelo que a Banca sofrerá as naturais consequências. Estima-se que haja setecentos mil portugueses com créditos para liquidar e, muitos deles, por força de terem sido atirados para o desemprego, dificilmente poderão satisfazer os seus compromissos. Aqui, há que recordar a atitude de toda a Banca quando, sem ter certezas quanto ao futuro, concedeu milhões de euros de crédito para casas, consumo e férias.

As empresas nacionais (95% empregam dez ou menos trabalhadores) sufocam com as restrições ao crédito, o aumento louco do IVA e o natural decréscimo do consumo público e privado.

A fuga ao Fisco, uma crua realidade em Portugal, atinge, anualmente, 43.400 milhões de euros (254% do PIB), fruto de uma Economia paralela que não pára de aumentar e que o descuidado aumento do IVA encorajou.

O desemprego que, como já salientámos atrás, se reveste de especial gravidade, atingiu os 16% sendo que o desemprego jovem ascende aos 35,4%. Há cerca de cento e dez mil licenciados sem trabalho ou executando tarefas em nada relacionadas com os cursos que possuem. Logo, o Estado, que investiu na sua formação, deitou milhões de euros à rua. Dinheiro dos nossos impostos. É doloroso ver as nossas universidades com milhares de jovens para quem o futuro não se afigura nada promissor.

A dívida pública está nos 198,1 milhões de euros sendo que a dívida externa ronda os quatrocentos milhões de euros, isto é, 230% do PIB, uma enormidade.

Em termos económicos, é comumente aceite que só uma Economia forte e com um crescimento razoável pode garantir duas coisas fundamentais na estabilidade social: o consumo normal das famílias e a manutenção do denominado Estado social

Instituto Superior Técnico

O consumo, já referido, conhece decréscimos históricos e preocupantes, conforme alguns exemplos aqui apresentados:

Cimento = 19,4%
Electrodomésticos = 10,1%.
Gasóleo = 7,2%
Gasolina = 10,3%
Gastos em ginásios = 19,9%
Gastos em restauração = 9,4%
Pasta de Papel = 4,4%
Saídas Nocturnas = 13,3%
Transacção de Imóveis = 20%
Veículos Automóveis
Produção = 5,8%
Venda = 55%

No sector da restauração, em 20123/2013, encerraram ou poderão cessar actividade, entre 37.000 e 39.000 empresas que dão trabalho a cerca de cem mil pessoas. No que concerne ao sector da venda de automóveis, perdeu cinco mil empregos e, presentemente, existem duas mil e quinhentas empresas em risco sendo que são responsáveis por vinte e um mil postos de trabalho.

Esta avalanche de desempregados agravou os gastos da Segurança Social pois o subsídio de desemprego cresceu 23%, seis vezes mais que o previsto pelos organismos governamentais.

A tudo isto, que é muito, diria mesmo quase catastrófico, acresce o baixo nível dos vencimentos dos trabalhadores portugueses. Um milhão e trezentos mil portugueses auferem mensalmente seiscentos euros. Mais grave ainda, cento e quarenta e sete mil cidadãos ganham apenas trezentos e dez euros mensais.

Como se tudo isto não fosse suficiente para tirar o sono a quem nos (des)governa, temos uma Justiça com um milhão e duzentos mil processos pendentes, num país em que as dívidas não cobradas entopem os Tribunais Cíveis. E é sabido que o investimento estrangeiro será sempre constrangido num sistema judicial deste nível. Aliás, quem é suficientemente louco para investir agora em Portugal?

Ora, e voltando ao tema da portugalidade, um país com quase novecentos anos, que criou novos Estados em três continentes, terá, obrigatoriamente, de ultrapassar os obstáculos que se lhe vão deparando. Aconteceu assim em 1383/85, em 1640, nas invasões francesas, nas guerras de África e no acesso à Europa, em 1986. É ao povo, ao povo soberano e não às elites, quais mentes iluminadas, que compete tomar o destino do seu país nas mãos.

Para isso, e porque temos uma Constituição Política que todos jurámos defender, desde o Presidente da República ao cidadão anónimo, essa pedra basilar do nosso Estado de direito terá, obrigatoriamente, de ser respeitada e não, como parece que vem sendo hábito nos últimos tempos por vários governos, um instrumento de valor zero. Porque, diz texto elaborado pelos constituintes eleitos pelo povo, a saúde será garantida, o trabalho deverá dignificar o cidadão, o Ensino esclarecerá e formará a mente, a Cultura reforçará a coesão nacional e a segurança evitará que a soberania da nação seja posta em causa, quer seja por um qualquer Estado, quer tal intenção seja manifestada por uma qualquer agência de *rating*.

Faculdade de Medicina do Hospital de São João

Naturalmente, e num complexo jogo de direitos e deveres, só uma Economia forte e em crescimento poderá, não tenhamos quaisquer dúvidas, continuar a alimentar um Estado social que, a ruir, provocará ondas de choque na sociedade portuguesa e, muito provavelmente, as mesmas serão a causa de um terramoto de cujas ruinas nada de bom se pode esperar.

Portugalidade significa ter esperança no futuro, num pedaço de terra onde labutam homens e mulheres que, em segurança e em paz, continuem a obra que um rei rebelde começou e que um outro rei ousado levou às cinco partidas do mundo.

Porque, como dizia Pessoa, há um país que urge edificar. Trata-se de um trabalho constante que dignifica o Homem e o esforço colectivo português.

Afinal, não é verdade que os homens passam e que os povos permanecem?

Autor

Manuel Alves
Vice-Presidente da Direcção
Sócio n.º 986/95 da AACDN

Professor Doutor Oliveira Marques

Portugalidade, Economia e Desenvolvimento

Um Povo Obstinado

O termo *Portugalidade* surge amiúde como um modo de exprimir uma qualidade identificadora do Povo que somos. Com a devida vénia para com todos aqueles que já antes intentaram dar-lhe um significado ou uma interpretação, eu atrever-me-ei a dar-lhe a minha própria. Inclino-me pois para associar a termo à obstinação do ser, do nosso ser colectivo.

Refiro-me à obstinação de um povo, reiteradamente afirmada, em ser soberano, assumindo (e várias vezes recuperando) a sua identidade; que tomou progressivamente língua própria; que se estendeu pelo Mundo e se abriu ao Mundo; que entrou em diáspora mas não cortou as raízes, se bem que nem sempre cuidando de as transmitir às novas gerações.

Fomos sempre um povo obstinado ("que não se governa nem se deixa governar", terá dito Júlio César) que, em vários momentos da sua história, teimou em sobrepor a sua vontade colectiva ao direito e às legitimidades que ameaçassem tolher a sua identidade e o seu futuro.

Esta obstinação foi fundacional e constituinte, atropelou o que fosse necessário atropelar, para que se cimentasse uma identidade e se gerasse uma soberania. E o que a História nos revela a este respeito é que somos detentores de uma soberania conquistada, destemida, irreve-

rente até, se bem que algumas vezes partilhada, ora por opção, ora por imposição.

Assim foi em 24 de Junho de 1128, em oposição aos direitos legítimos de Teresa de Leão, a condessa portucalense, derrotada pelo próprio filho, ela já por si ciosa da sua identidade soberana ("*Ego Regina Taresia de Portugal regis Ildefonssis filia*"). E tudo se consumou em Zamora, a 5 de Outubro de 1143, perante um resignado Afonso VII, e em 1179, face a um renitente Papa Alexandre III ("*Manifestis Probatum*").

Voltou a ser assim em 1383 quando, depois de dois anos de crise política e de resistência popular e de alguma elite (culminando no assassinato do Conde Andeiro, em 6 de Dezembro de 1383) a uma solução dinástica legítima, mas que entregaria a Castela a Coroa de Portugal, as Cortes de Coimbra, reunidas em 6 de Abril, aclamaram um rei improvável, o Mestre de Avis, filho natural de D. Pedro I. E tudo se consumou em Aljubarrota, em 14 de Agosto de 1385.

E de novo em 1640, através de um movimento conspirativo de nobres, que repudiou a soberania espanhola sobre o nosso País (não sem expulsar a vice-rei Duquesa de Mântua e defenestrar Miguel de Vasconcelos, seu Secretário de Estado), depositando-a nas mãos de um hesitante Duque de Bragança. Este movimento de conjurados havia porém sido precedido de três anos de revoltas populares, primeiro no Porto (1628) e em Évora (1637), e depois em todo os País. Tudo se consumou em 1 de Dezembro de 1640 mas a guerra com Espanha durou 28 anos, até ao Tratado de Lisboa de 1668.

Além disso a soberania espanhola não havia sido imposta sobre um País resignado. D. António Prior do Crato tinha liderado a resistência mas acabou vencido nos Açores, em 26 de Julho de 1582.

Uma vez mais em 1828, quando o povo se mobilizou em torno de D. Pedro IV, para repudiar o regime absolutista recuperado por uma pretensa legitimidade dinástica (consequência do deserdar de D. Pedro, por autor do seu grito independentista no Brasil, em 7 de Dezembro de 1822) e impor antes um destino colectivo distinto, já plasmado na constituição de 1822. Esta afirmação colectiva custou porém uma crise política entre 1826 e 1828 e uma sangrenta guerra civil de seis anos. Tudo se consumou na Convenção de Évora Monte, em 26 de Maio de 1834.

E ainda em 5 de Outubro de 1910, quando definitivamente se recusou a legitimidade monárquica e os direitos dinásticos da Casa de Bragança, já dramaticamente fragilizados com a reacção submissa, de verdadeira capitulação, perante o Ultimato Britânico de 11 de Janeiro de 1890 (curiosamente chamado de "Memorando", que pulverizava os interesses históricos de Portugal nos territórios entre Angola e Moçambique, defendidos por Serpa Pinto) e, mais tarde, feridos de morte, com o regicídio de 1 de Fevereiro de 1908.

No pronunciamento militar de 28 de Maio de 1926, um grupo de militares prestigiados identificou "uma Nação doente" e intuiu um desejo colectivo de pôr cobro à legitimidade desgovernada de Primeira República (em 16 anos, 7 parlamentos, 8 presidentes, 45 governos e 2 líderes de governo assassinados). Mas substituiu o regime por uma Ditadura Militar, que não evitou um período de sete anos de instabilidade política e desacerto no governo da Nação, abrindo caminho ao regime do Estado Novo, protagonizado por António Salazar e inaugurado com a promulgação, após referendo, da Constituição de 1933.

Com este regime, rompia-se com a tradição liberal, que tinha vigorado no País, durante o período do constitucionalismo monárquico, entre 1822 e 1910, e durante a Primeira República, entre 1910 e 1926.

Por fim, outro pronunciamento militar, a 25 de Abril de 1974, conduzido por um grupo de oficiais de média patente, descrentes do desfecho das guerras em África e ressentidos com as políticas de carreiras que lhe eram impostas, pôs um fim ao regime do Estado Novo, de quase 41 anos, no que foram secundados por ampla adesão popular. Não conseguiram evitar um período de orientação revolucionária, combatido em Novembro de 1975 mas do qual resultou uma ordem constitucional equívoca, só resolvida em 30 de Setembro de 1982.

Em todos estes momentos, esteve sempre presente um povo obstinado que, tarde ou cedo, acaba por recusar que lhe retirem o ser e a identidade e lhe alienem a soberania. Sempre surgiram intérpretes oportunos deste sentir, gerando-se então a dinâmica e as condições propícias para a ruptura com legitimidades nefastas, porque hostis ao interesse colectivo, ou caducas, face aos novos tempos de cada tempo histórico.

Em Defesa da Soberania

Assim vejo a *Portugalidade* nesta capacidade colectiva para enfrentar as crises, todas as crises da nossa história, pelo lado menos legalista mas mais fiel ao nosso destino, como Nação que teima em ser, que várias vezes se temeu ser inviável mas sempre se superou, expandindo-se nos novos espaços, plasmando-se nas novas culturas e integrando-se nas origens. E tudo assim se foi operando, ao longo da nossa História, nem que para tanto fosse necessário mobilizar novos líderes, empurrá-los quando hesitantes, ou defenestrá-los quando traidores.

Atirar pessoas pela janela fora ficou de facto como imagem de marca da nossa História, porque repetida, já que a História muitas vezes se repete. Em síntese, a nossa *Portugalidade* exprime-se em soberania conquistada e defendida, e recuperada sempre que perdida.

"As crises, como escreveu Franco Nogueira, foram quase sempre da responsabilidade das elites. O povo, esse continuou com as mesmas virtudes e defeitos, com a mesma disposição para o trabalho e coragem para enfrentar os desafios, com o mesmo carácter e a mesma resignação para sofrer, enquanto os dirigentes, uns pelo sangue dinástico, outros pela escolha popular, cometeram toda a sorte de erros e desacertos políticos, sem

servir os interesses permanentes da Grei. Acabaram por transformar e reduzir Portugal ao que é hoje"[1].

E o que é Portugal hoje? Talvez seja ainda aplicável a descrição de Guerra Junqueiro:

"Dois partidos sem ideias, sem planos, sem convicções, incapazes, vivendo ambos do mesmo utilitarismo céptico e pervertido, análogos nas palavras, idênticos nos actos, iguais um ao outro como duas metades do mesmo zero, e não se malgando e fundindo, apesar disso, pela razão que alguém deu no parlamento de não caberem todos duma vez na mesma sala de jantar".

"... Um povo em catalepsia ambulante, não se lembrando nem de onde vem, nem onde está, nem para onde vai; um povo enfim, que eu adoro, porque sofre e é bom, e guarda ainda na noite da sua inconsciência como que um lampejo misterioso da alma nacional, reflexo de astro em silêncio escuro de lagoa morte"[2].

Uma vez mais, a Nação está doente e sofre no âmago do seu elemento fundacional, que a sustenta como ser colectivo: a soberania.

Banco de Portugal – Braga

Todos os elementos que, em conjunto, dão forma e conferem solidez a esta soberania estão fragilizados ou são alvo de ataque:

- Uma vontade colectiva, mobilizada e insubmissa;
- Uma organização do Estado eficaz, transparente e instrumental da vontade colectiva;
- Elites motivadas e capazes de intuir e cumprir a vontade colectiva;
- Um sentido de Pátria: território, história, cultura, língua, identidade colectiva;
- Um contrato social, justo, mobilizador e sempre protegido;
- Uma força em estado de prontidão, por todos participada;
- Uma economia produtiva, sustentável e soberana.

Concentremo-nos na economia, pois esse era o nosso propósito. Uma economia sã e factor de bem-estar é condição necessária de soberania e deve estar ao serviço desta. Jamais a soberania deve estar ao serviço da economia.

O Papel da Banca

Em 10 de Abril de 2008, participei num ciclo de conferências promovido pela Universidade Lusíada, em Vila Nova de Famalicão, sobre "Desafios para a Competitividade". Coube-me fazer uma apresentação sobre o tema "A Inovação Financeira nas Pequenas e Médias Empresas". A ideia de base da exposição consistia em mostrar que existe muito espaço de conquista de competitividade para as nossas empresas na área da gestão financeira e do respectivo enquadramento institucional, financeiro e fiscal.

Partindo da constatação de um sistema bancário com claros sinais de cartelização, que se alavancava para conceder crédito, que promovia o crédito ao consumo (mormente o importado), que se tornava num obstáculo objectivo ao mercado monetário para empresas (papel comercial), que controlava a bolsa de valores, em vez de concorrer com ela, que impedia assim a criação do segundo mercado, etc., afirmei: "A banca em Portugal tem um papel anti-nacional". Felizmente não havia representantes dos *media* na sala. Mesmo assim, tive que explicar-me.

Estivessem na sala aqueles que passaram pelas minhas aulas de mestrado nos últimos dez anos e não seria tanta a estranheza pela afirmação. Foi justamente um deles que me chamou a atenção para a seguinte passagem pelo relatório designado por "*Portugal: Memorandum of Understanding on Specific Economic Policy Conditionality*" (ponto 2.2, pág. 7), da responsabilidade do triunvirato que nos tem governado de facto (FMI, BCE e CE):

"Deleveraging in the banking sector

2.2. Banco de Portugal (BdP) and the ECB, in consultation with the European Commission (EC) and the IMF, will include clear periodic target leverage ratios and will

ask banks to devise by end-June 2011 institution-specific medium-term funding plans to achieve a stable market-based funding position. Quarterly reviews will be conducted in consultation with the EC and the IMF, and will examine the feasibility of individual banks' plans and their implications for leverage ratios, as well as the impact on credit aggregates and the economy as a whole, and the BdP will then request adjustments in the plans as needed."

Com efeito, esse meu antigo Aluno via reflectida neste texto uma das chamadas de atenção que eu persistentemente fazia para o que me parecia ser o mau caminho da gestão bancária em Portugal e o efeito negativo que as políticas dos nossos bancos estavam a produzir na nossa economia.

Na verdade, eu já havia constatado que, no final de Junho de 2009, o conjunto dos bancos operando em Portugal possuíam, em recursos captados a clientes (depósitos), um total de 182 mil milhões de euros e, em crédito concedido a clientes um total de 285 mil milhões de euros. A diferença era pois de 103 mil milhões de euros. E eu interrogava-me: como se financiaria esta diferença? Qual seria o impacto macroeconómico disto? E quais seriam os efeitos sobre a nossa soberania? Hoje já sabemos, porque sofremos na pele os efeitos daquilo que, eufemísticamente, se chama o "ajustamento".

Os Desequilíbrios Económicos

Ao longo dos últimos vinte anos, vi desenvolverem-se cinco vícios, que me deixavam perplexo, por sentir que, a prazo, não poderiam resultar em nada de bom e por observar que com eles condescendiam os detentores do poder e do saber (!). E agora vejo, com igual perplexidade, que nem todos esses vícios são claramente corrigidos, nem mesmo no famigerado *Memorandum*. Eram eles os seguintes:

1. O sistemático défice das contas públicas, a acumulação da dívida pública e a exposição desta dívida aos mercados internacionais.
2. A não consolidação da dívida do sector público (Estado e sector empresarial do Estado), permitindo o expediente de endividar as empresas públicas para ocultar a verdadeira dimensão da dívida do Estado.
3. O igualmente sistemático défice da balança comercial e da balança de transacções correntes e a acumulação da dívida externa privada, tendo a banca como o seu principal promotor.
4. A degradação da função bancária, na sua definição mais ortodoxa, reflectida em rácios de transformação de depósitos persistentemente superiores a 100% e em crescendo.
5. A manutenção de um mercado de capitais raquítico, face à necessidade de financiamento do sector empresarial produtivo, a inexistência de um segundo mercado e o boicote do mercado monetário para empresas (papel comercial).

Era inevitável: mais tarde ou mais cedo teríamos que bater à porta dos credores, pedindo a ajuda que nos livrasse da penúria iminente e nos "favorecesse" com uma penúria mais suavizada. Os credores enviaram-nos uns capatazes, cujo ar sério disfarça a falta de qualquer legitimidade que não seja a de serem agentes mandatários dos credores e que, quais agiotas de aldeia, nos apontam uma "solução": mais dívida mas, desta vez, com tutela da nossa vida económica e financeira, isto é, da nossa soberania. Diz-se que, só em juros, pagaremos entre 8 a 9 mil milhões de euros. Não sei bem como.

Porque não reformamos, de uma vez por todas e de cima a baixo, a organização do Estado, realizando uma análise funcional e orgânica que nos permita eliminar, de uma vez por todas, o desperdício que resulta de uma estrutura feita de sucessivas "colagens", improvisos e de todos os clientelismos? Porque não "nacionalizamos" a nossa dívida externa, pública e privada, fazendo-a representar por títulos a subscrever por investidores domésticos, por imperativo legal, admitindo-os depois à transacção em mercado secundário de dívida pública? Há dois anos, os principais políticos "sacudiram a água do capote" da possibilidade de pagar em títulos os chamados subsídios de férias e de Natal (não só dos funcionários públicos mas de todos os beneficiários de tais subsídios). A verdade é que perdemos então uma oportunidade única para tomar a dívida externa em nossas próprias mãos, fomentando a poupança e recuperando alguma independência dos mercados financeiros internacionais.

Porque não resolvemos, de uma vez por todas, a questão do endividamento (provocado) das empresas públicas, substituindo-o por dívida soberana perpétua, a colocar também em mãos nacionais, com a subsequente celebração de contratos de concessão adequados, que passem a responsabilizar (agora sim) as lideranças dessas empresas pela sua própria gestão.

Porque não se dá um prazo aos nossos bancos (máximo de dez anos) para regressarem ao princípio da igualdade entre crédito concedido e depósitos recolhidos, ao endividamento zero, e a níveis de capitais próprios adequados (capital social, reservas verdadeiras e resultados apurados ou transitados). Porque não se regressa na banca a uma provisão de 2% para riscos gerais de crédito, como já se praticou em Portugal, em tempos bem menos difíceis?

Porque não se implementa um mercado de capitais para médias empresas, se incentiva o mercado de empresas, se renova a banca de investimentos independente e se reforma a legislação sobre papel comercial, de modo que este possa desempenhar a função que lhe deve estar reservada, como veículo de mercado monetário para apoio à gestão de tesouraria das empresas?

Num País onde um grande número de empresas (será a maioria?) suporta mais custos financeiros do que custos com pessoal, porque se insiste em conquistar competitividade a partir destes últimos, em vez de a procurar com base na redução dos primeiros?

Receio bem que nem o *Memorandum* nem os programas políticos que se lhe subjugam, encaram de frente todos estes problemas.

A Capitulação pelas Privatizações

Uma das nossas empresas de referência, revestida do maior interesse estratégico para o País, viu completado em Dezembro de 2011 o seu processo de "privatização". O Estado Português, após uma oferta pública para seleccionar o comprador da posição accionista qualificada que mantinha na Empresa (21%), decidiu vender essa posição ao Estado Chinês (!).

Poderá considerar-se realmente esta operação como uma privatização? Não será esta operação, em vez disso, o concretizar de mais um enxerto de soberania estrangeira na nossa já tão enfraquecida soberania económica? Não significará este um passo mais na alienação da defesa dos nossos interesses mais estratégicos, que se aceita submeter a estados terceiros?

Impressionou ver, na comunicação social, as imagens da satisfação com que actuais e futuros dirigentes portugueses da Empresa acolheram a entrada dos novos accionistas. Uns, dantes fiéis serventes do anterior poder político, brindavam com *champagne* a sua nova servidão. Outros, agora contemplados com as benesses dos lugares disponibilizados pela chegada da nova ordem, curvavam-se perante os novos patrões, inchados de satisfação, reverentes ao ponto de quase tocarem os joelhos com o nariz.

Chega a ser obsceno festejar, com tanta e tão explícita satisfação, esta cedência de soberania económica, ainda por cima a um Estado que se afigura com uma simbiose de comunismo de mercado com capitalismo de estado.

Dois meses mais tarde, foi anunciada a venda de 40% das acções REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, um monopólio natural, à empresa estatal chinesa State Grid Internacional (25%) e à empresa estatal omanita Oman Oil Company (15%). A cedência de mais esta fatia da nossa soberania económica rendeu 592 milhões ao Tesouro Nacional.

Ainda no final de 2011, concretizou-se o funeral de um projecto já liquidado em finais de 2007: o projecto do então maior e melhor banco privado nacional, o Banco Comercial Português.

Quatro anos depois do assalto, possivelmente engendrado numa qualquer loja maçónica e politicamente instigado, coadjuvado por dirigentes de bancos falidos e por gestores de empresas semi-estatais, e financiado por um banco estatal instrumentalizado, porque dirigido pelos beneficiários dos lugares de liderança do banco alvo, sabe-se lá com que garantias (um dia o saberão os contribuintes), deu-se a estocada final.

Tudo isto foi possível com o beneplácito (por acção ou omissão), do então Ministro da Finanças e dos reguladores (tanto o do mercado, como o do sistema bancário).

Hoje, o poder do banco é efectivamente assumido por uma empresa estatal estrangeira, numa espécie de nacionalização, com a qual se cede, com surpreendente serenidade (ou inconsciência), o controlo de uma das mais importantes instituições de um sector estratégico da nossa economia, a um estado estrangeiro.

Olival em Ferreira do Alentejo

Entretanto, ficam para trás quatro anos que alguém (obviamente interessado) designou como um período de pacificação da base accionista do banco, mas antes se saldaram pelo lançamento do mesmo num total marasmo estratégico e organizacional e numa perda de valor de mercado que poderá ter alcançado os treze mil milhões de euros.

O Abandono da Produção

Em Janeiro de 2011, quando circulava pelas estradas do Minho interior, deparei com um estranho cenário: inúmeros laranjais em pequenas propriedades, carregados de fruto, que ninguém colhia e que acabava por se esborrachar no solo, em grandes quantidades, chegando a espalhar-se pelo espaço público.

Entretanto, passando por um qualquer supermercado, podia observar uma vasta exibição de laranjas à venda, mas provenientes de Espanha, Marrocos ou Israel.

Isto sugeriu-me uma conclusão, que bem podia servir de imagem, simplificada decerto mas não menos real e preocupante, do que se passa, desde há muito anos, com a nossa economia: pedimos empréstimos ao exterior, para importar laranjas, porque não queremos ter a maçada de colher as nossas.

Como exemplo adicional de ilustração deste quadro geral, publicava-se nos órgãos da comunicação social, esta notícia: "A empresa que explora um olival com 700 hectares, em Ferreira do Alentejo, e que em 2010 ganhou o prémio para o melhor azeite maduro frutado do mundo, vai ter a sua exploração cortada ao meio pelo IP8[3]".

Perante isto, ocorre-me constatar que o País não se encontra perante a actual e deplorável situação económica e financeira por acaso ou por azar.

É certo que a crise financeira internacional desencadeada em 2007 nos afectou e muito. Mas isso só sucedeu, pelo menos com a incidência e até violência que temos observado, porque nos deixámos embarcar numa total displicência colectiva, alienados por uma integração económica e monetária com a Europa, que encarámos como se tratasse de uma reedição do ouro do Brasil.

E tudo se manteve e agravou com o concurso de lideranças fracas e pouco lúcidas, de espírito estrangeirado,

que ora nos conduziam por um deserto de visão e de estratégia que reflectissem desígnios verdadeiramente nacionais, ora nos abandonavam à mercê das dificuldades entretanto cada vez mais evidentes, em demanda de pastagens mais verdejantes para eles próprios.
Agora, há que corrigir décadas de desmandos, com recurso a soluções de uma violência inaudita, de todo impensáveis há escassos anos atrás.
Entretanto, o pior de tudo é que nos fica a impressão de que essas não são soluções verdadeiras, porque ninguém concretiza os seus reais efeitos nem avança o tempo provável do ajustamento necessário na vida económica colectiva. Tudo o que se diz sobre a dimensão do problema, apesar da tagarelice permanente que se tornou a imagem de marca do nosso ambiente político, é passageiro e pouco credível.
Quase ninguém, certamente ninguém que disponha de um púlpito suficientemente escutado, apresenta ao País a verdade em toda a sua crueza e ainda não se vislumbra quem tenha a coragem para o fazer. Até isso tivemos que importar.
A Nação definha e o Povo que somos mantém-se num quase torpor de que não parecer querer ser acordado, tal a dose de droga de ilusões que lhe tem sido servida durante os últimos 25 anos.

A Soberania Ferida

Os misteriosos "mercados" provocaram eleições antecipadas, com a consequente substituição de governos, na Irlanda, em Portugal e em Espanha e a substituição de governos, sem eleições, na Grécia e na Itália.
Em Novembro de 2011, três funcionários do Fundo Monetário Internacional, da União Europeia e do Banco Central Europeu realizaram uma das suas primeiras visitas a Portugal, para realizar a auditoria periódica às contas nacionais, a mando dos nossos credores.
Desdobraram-se esses técnicos em declarações públicas e deram mesmo uma conferência de imprensa (!). Por eles, e desta forma, ficamos a saber como vão as nossas contas e o mais que nos compete fazer e suportar para restabelecer os equilíbrios económicos e financeiros de que nos afastamos.
Será isto compatível com o respeito devido à nossa soberania? Onde reside afinal a soberania de uma nação?
Perante a dúvida, consultei de novo a Constituição (a nossa), onde li seguinte:
"Portugal é uma república soberana..." (artigo 1.º).
"A soberania, una e indivisível, reside no povo, que a exerce segundo as formas previstas na Constituição" (artigo 3.º, n.º 1).
Estará caduco o conceito de soberania de uma nação, mesmo em dívida, ou será agora letra morta o texto constitucional?
Na mesma linha, é de perplexidade o sentimento inevitável quando se lê a entrevista de um senhor, cujo nome nem vale a pena fixar, publicada num jornal diário a 27 de Junho desta ano.
Lendo a entrevista, fica-se com a impressão de que os nossos governantes, que aceitaram desempenhar o papel de "paus mandados" e, hoje, já se assemelham a baratas tontas que ninguém respeita, estão a ser aconselhados (ou instruídos) por funcionários intermédios das organizações referidas, todos tratando uma Nação (ainda) soberana como se tudo se resumisse a simular umas quantas folhas de cálculo e a experimentar mexer numas quantas varáveis económicas.
No entanto, descansam-nos com garantias do género: "isto não está fora do *mainstream*". Do "*mainstream*" de quê? Será que é o mesmo "*mainstream*" do Ministro das Finanças, que afirmava, em Outubro de 2011, que "a redução da TSU funciona muito bem no quadro dos modelos que se usam na universidade, mas ainda não foi usada deliberadamente por nenhum país para ganhar competitividade. É algo não testado."?
O mais interessante (e preocupante) está na resposta à observação do entrevistador, a respeito da redução do custo do trabalho para os empregadores: "mas não (deverá suportar mais emprego) se tivermos também uma redução da procura".
A resposta foi: "Mas isso aplica-se a todo o tipo de medidas orçamentais. Se o Governo aumentar os impostos ou reduzir despesas, podemos dizer o mesmo: que reduz a procura interna. Imaginemos que esta desvalorização fiscal não era feita à custa do aumento das contribuições dos empregados, mas à custa do aumento do IRS. Também teria o mesmo efeito".
Será que retirar aos contribuintes individuais para reduzir as contribuições das empresas é um jogo de soma nula, em matéria de impacto macroeconómico? Será que a estrutura do negócio é a mesma em todas as empresas? As maiores empresas nacionais, as que mais beneficiarão com a redução da TSU, são todas exportadoras? E pertencem todas ao tão invocado sector dos bens transaccionáveis?
Além disso, quem comparar estas considerações com as medidas anunciadas pelo Governo, nesta semana e há duas semanas atrás, tem que sentir-se muito confuso.
O entrevistado (quem é ele afinal para dar entrevistas?) já não deve visitar a Etiópia há muito tempo, deve desconhecer o conceito de elasticidade e devia pedir que lhe preparassem uma boa matriz *input-output* da economia portuguesa, para prevenir confusões.
Ou, melhor ainda, alguém neste País deveria revelar um laivo de autoridade e de sentir pátrio e recambiar os visitadores para a origem.

A Alienação dos Princípios

"É por estar em causa a economia, o emprego e o futuro de todos nós que temos que avançar com estas medidas e este é um valor que se sobrepõe ao princípio da retroactividade que é um princípio protegido na Constituição mas não é um princípio absoluto que se sobreponha ao bem público e ao carácter imprescindível e de emergência".

Assim se exprimiu o então Ministro das Finanças, em 4 de Dezembro de 2009, na Assembleia da República, durante o debate das medidas de austeridade económica então aprovadas. Louve-se-lhe a franqueza (ou seria antes desplante?). A retroactividade de impostos acabou por ser assumida.

Mas... o n.º 3 do artigo 103.º da Constituição da República Portuguesa estabelece o seguinte: "*Ninguém pode ser obrigado a pagar impostos que não hajam sido criados nos termos da Constituição, que tenham natureza retroactiva ou cuja liquidação e cobrança se não façam nos termos da lei.*"

Foi suspenso um preceito constitucional? Pelo Ministro das Finanças?!!! Mas... a Constituição é clara:

"Os preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias são directamente aplicáveis e vinculam as entidades públicas e privadas" (artigo 18.º, n.º 1). *"A lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos"* (artigo 18.º, n.º 2).

E ainda:

"Os órgãos de soberania não podem, conjunta ou separadamente, suspender o exercício dos direitos, liberdades e garantias, salvo em caso de estado de sítio ou de estado de emergência, declarados na forma prevista na Constituição" (artigo 19.º).

Não estremeceu porém nenhum dos muitos membros da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, da Assembleia da República. Não estremeceu o Presidente da República. Não estremeceu o Tribunal Constitucional.

Que impede, desde agora, um qualquer ministro de turno, ou um qualquer governo em funções, de suspender outros direitos constitucionais, invocando um pretenso (e por si definido) "interesse público"?

Quantas derrogações arbitrárias de preceitos constitucionais se produziram desde então e se produzem mesmo neste momento? Por onde anda, por exemplo, o princípio constitucional e tão consensual em qualquer sociedade desenvolvida, da não retroactividade dos impostos?

Seguir os Bons Exemplos

A comunicação social de 27 de Janeiro passado fez-se eco de um facto interessante: "Os principais bancos da Dinamarca fartaram-se da alegada 'parcialidade' da Moody's e começaram a rasgar os contratos que mantinham com a agência de *rating* norte-americana.... ... "Todos estes bancos sustentaram que estas posições só foram assumidas depois de intensos contactos com os investidores, que resultaram na percepção de que as análises da agência de *rating* não são consideradas como um dado determinante nas suas opções de negócio"[4].

De facto, esta mesma realidade já se tinha tornado perceptível em recentes emissões de dívida pública portuguesa e espanhola, ocorrendo então perguntar: se os mercados já não as tomam tanto a sério, quem precisa das empresas de *rating*? Serão os fundos que as controlam? E qual a sua credibilidade, depois do fiasco das notações de *rating* em vésperas dos "estouros" de importantes instituições financeiras americanas, merecedoras até aí das mais elevadas notações, dando origem à gravíssima crise financeira mundial desencadeada em 2007?

Oxalá o exemplo dos bancos dinamarqueses possa ser seguido por bancos de outros países e até por todo o sistema bancário europeu, terminando com uma influência das agências de *rating* sobre os mercados da dívida que, além de imerecida, se tem revelado pouco transparente e muito nefasta.

Seria bom que fossem simplesmente revogadas as normas legais que criam praticamente um mercado cativo para estas instituições, ainda por cima em número tão escasso, terminando de vez com o "regabofe". E, já agora, valeria a pena pensar em idêntica medida em relação às multinacionais da auditoria.

Volto ao princípio. Mesmo que possamos parecer por vezes um povo acomodado e até submisso, essa não é a nossa matriz. Ao contrário, fomos e seremos sempre um povo obstinado, que acaba por descortinar o seu interesse colectivo e impor a sua vontade soberana contra pretensos direitos que se lhe mostrem estranhos, e legitimidades nefastas que ameacem tolher a sua identidade e o seu futuro.

A política económica não pode alienar a identidade da nossa Nação nem a soberania do nosso Povo. Caso contrário, após esta já longa e dura crise, mesmo que ela se resolva, subsistirão graves danos sobre o nosso ser colectivo, que levarão gerações a superar.

"Portugal está a atravessar a pior crise. Que fazer? Que esperar? Portugal tem atravessado crises igualmente más: – mas nelas nunca nos faltaram nem homens de valor e carácter, nem dinheiro ou crédito. Hoje crédito não temos, dinheiro também não – pelo menos o Estado não tem: – e homens não os há, ou os raros que há são postos na sombra pela Política. De sorte que esta crise me parece a pior – e sem cura"[5].

[1] Dr. António Gomes da Costa, Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileira, *in* "Expresso", 19 de Maio de 2012.
[2] *In* "Pátria", 1869.
[3] Jornal *Público*, 29 de Março de 2012.
[4] Jornal *Público*, 20 de Abril de 2012.
[5] Eça de Queirós, *in* "Correspondência", 1891.

Autor

Manuel de Oliveira Marques
Professor Doutor de Economia na Universidade do Porto

Modelos de Educação em Segurança e da Defesa

Introdução

O presente texto visa apresentar vários modelos de educação em segurança e defesa. Cada um destes modelos visa alcançar propósitos distintos, mas todos se enquadram na educação e no ensinamento de uma cultura de segurança e defesa. Serão apresentados quatro modelos: o Ensinamento da Defesa; a Educação para uma Cultura de Segurança e Defesa; a Resolução de Conflitos e a Educação para a Paz.

Estes modelos foram resultado de uma investigação sobre a Educação para a Segurança e Defesa em vários países da Europa e expressam as diferentes formas pedagógicas e didáticas que foram elaboradas para tratar das questões e das matérias em apreço. "Ensinar a Defesa" é o conceito que exprime e define a política educativa do hexágono para a Educação da Segurança e Defesa. A Educação para uma Cultura de Segurança e Defesa é desenvolvida, no âmbito da Educação para a Cidadania em França. A Resolução de Conflitos é um dos modos com que, em muitas escolas do Reino Unido e dos Estados Unidos, se educa os jovens para dirimir os problemas da violência entre eles e na sociedade em geral. A Educação para a Paz é um projeto desenvolvido por diferentes escolas em vários países do Mundo e em diversas Organizações Internacionais, nomeadamente nos países que foram afetados por situações recentes de conflito e guerra, visando propalar atitudes e hábitos mais mansos nos jovens por estes atingidos.

Apesar de distintos e almejando propósitos diferentes, partilham igualmente elementos comuns, nomeadamente, e mais relevantemente, uma pedagogia ativa e reflexiva visando educar o comportamento dos alunos. De igual modo, todos estes modelos são desenvolvidos no âmbito da Educação para a Cidadania. Interessa, por isso, distinguir entre dois conceitos habitualmente usados de forma quase sinónima: Educação para a Cidadania e a Educação Cívica, percebendo que os diversos modelos, se aproximam de uma ou outra, conforme são os propósitos que objetivam.

1. O conceito de Educação para a Cidadania e o conceito de Educação Cívica

A Educação Cívica tem um cunho mais político, enquadrando a relação que se deseja existir, do cidadão com a identidade nacional e com a sua comunidade política e

com os direitos e deveres que, face a ela, lhe são incumbidos. Aristóteles definia a educação cívica como "a educação em conformidade com o regime", a "educação a favor do regime"[1], ou seja, há uma íntima relação entre o prisma político, desenvolvido pelo Estado, e a formação para a cidadania que é subministrada aos discentes, visando a sua conformação à ideologia da comunidade política em que vivem. O estagirita propugnava, assim, por uma educação pública, só esta servindo a cidade o seu bem público (a educação privada correspondia a interesses privados)[2].

A educação para a cidadania responde a uma perspetiva mais ampla. A ativa participação cívica e a assunção da responsabilidade individual pela vida coletiva. Deriva, a educação para a cidadania, de uma ótica mais inclusiva e democrática, mais pessoalizada e individualizada, em que os Direitos Humanos, como direito de cada pessoa humana, adquirem um valor mais substantivo. A construção de uma personalidade moral é o fundamento axial da educação para a cidadania. A identidade moral brota da consciência da condição humana de todos os homens[3]. A Educação para a Cidadania é, ainda mais do que a Educação Cívica, eminentemente moral[4]. Não deixa por isso de ser relevante a afirmação de que a educação para a cidadania está intrinsecamente presente em todo o ato educativo[5].

Os diversos paradigmas de educação da segurança e defesa e da paz refletem, de um modo ou outro, a variação conceptual aqui apresentada. Dois deles, de cunho mais clássico, originam-se sintomaticamente dir-se-ia, no Estado e na política educativa pelas entidades públicas subministradas. Neste particular caso, respetivamente, em França, com o Ensinamento da Defesa, e em Espanha, com a Educação para uma Cultura da Segurança e da Defesa. Os outros dois modelos originam-se de forma diversa, mas em que o papel do Estado e da administração do Estado é menor ou inexistente, sendo este o caso das escolas anglo-saxónicas, em geral, dotadas de forte autonomia em relação à administração central do Estado ou da educação provida por organizações internacionais, exprimindo necessidades locais e sociais específicas das comunidades aonde são desenvolvidos (a Resolução de Conflitos e a Educação para a Paz).

2. Ensino da Defesa

Os temas do ensino da defesa são de conteúdo bem clássico, refletindo o prisma de Aristóteles, de a Educação Cívica servir o regime e o Estado. Com efeito, o ensino da defesa é política de Estado, política educativa delineada pelo Estado, vocacionada para vincular os cidadãos à nação e à identidade nacional, neste caso da França. Central, por isso, na temática do curso, é a identidade nacional e os deveres e direitos do cidadão em face do Estado-Nação (soberania nacional), a defesa nacional e defesa militar; e concomitantemente, a História, quer nacional, quer internacional, e toda uma cultura da memória nacional, que permite desenvolver *a posteriori*, uma leitura geopolítica da globalização, como jogo de poder. A questão da guerra e da sua necessidade é uma das temáticas a que se deve atender, numa lógica defensiva, obviamente[6].

A despeito de uma perspetiva tradicionalista, as metodologias propostas para a prossecução da aprendizagem pelos alunos são ativas e reflexivas. Deve questionar-se e urge-se a interpelação a realidade. Apela-se ao conhecimento da História, da memória histórica (com a leitura de documentos – textos, imagens, recursos arquitetónicos, etc. – de época, em suma, de fontes históricas), com uma centralidade expressiva e que reflete o tradicionalismo da visão educativa exposta. Promove-se projetos de investigação, nomeadamente no campo da memória histórica, nomeadamente com o aproveitamento para o ensino de monumentos de carácter bélico-militar e que exprimem a identidade nacional. Noutro campo, procura-se igualmente desenvolver olhar geopolítico, centrado nas relações de poder económico e geoeconómico e efetuar uma releitura da globalização, jogando com a dialética dos riscos e das oportunidades, através do estudo da geografia[7].

3. Educar para a Cultura da Segurança e Defesa

A Educação para uma Cultura da Segurança e da defesa, apesar de promovida pelo Estado, neste caso, Espanhol, tem conteúdos de carácter mais contemporâneo, evitando mesmo uma leitura da história, que é problemática no que toca à Espanha, a tortuosa e complexa identidade da Espanha, começando por efetuar uma leitura da globalização e por descrever os riscos e ameaças contemporâneas.

O estudo dos Direitos Humanos e das cartas contemporâneas dos Direitos Humanos (Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Declaração dos Direitos do Homem, fonte de todas as declarações posteriores, da Convenção dos Direitos da Criança e das Constituições Nacionais) são estruturantes no enquadramento teórico e moral que envolve a política de segurança e defesa.

A ação militar é focalizada nas intervenções humanitárias e de promoção da paz e acentua o papel das Forças Armadas no quadro legal internacional. Permite, não obstante, o questionamento da relação entre a defesa dos Direitos Humanos e da Democracia e a paz, ou seja, possibilita valorizar a função bélica das Forças Armadas. Opera apostando em metodologias pedagógicas e didáticas ativas e reflexivas, nomeadamente através da leitura das cartas dos Direitos Humanos e das Constituições democráticas e do quadro da geopolítica global, como ponte para questionar a realidade contemporânea, interpelando a tensão entre a paz e a defesa da democracia. Em suma, entre o uso da violência bélica e os valores morais por que se vale a pena bater. Aprecia o desenvolvimento de jogos de simulação: pôr-se na pele do outro e questionar a sua ação[8].

4. Resolução de Conflitos

A resolução de conflitos pode enquadrar-se conceptualmente nos estudos sobre a disciplina em meio escolar. Ela foca-se sobre questões graves, como o "*bullying*" e outra violência "dura" que envolve a vida escolar. Esta violência, sendo uma expressão da questão da (in)disciplina, toca contudo a segurança, na sua aceção alargada e ampliada, surgindo como um problema já com laivos securitários. Não deixa de ser relevante o facto de determinados casos de "*bullying*" terem já uma dimensão judicial. A resolução de conflitos não reflete, não obstante, todo o tratamento disciplinar, mas aquele que remete para os comportamentos perigosamente indisciplinados e perturbadores graves do convívio entre os alunos e entre os alunos e os adultos (professores e outros funcionários) e para a sua incapacidade de relacionamento interpessoal (entre os discentes). Ela olha o problema, mais na perspetiva dos jovens alunos e menos no que toca a ação do docente em assegurar a disciplina na sala de aula e em meio escolar[9].

Por seu turno, é preciso atender ao facto de que o conceito de resolução de conflitos não se limita às relações interpessoais no quadro escolar, mas é utilizado abundantemente nalgumas áreas das Relações Internacionais e dos Estudos Estratégicos de veia anglo-saxónica. Ou seja, o conceito de Resolução de Conflitos tanto serve para exprimir a dirimição de um conflito dentro da escola, quanto o desempate de contendas interestatais e internacionais com a utilização ou a potencial instrumentalização de elementos de carácter bélico.

Isto facilita a transposição da mecânica de Resolução de Conflitos do problema do comportamento indisciplinado e perturbador do aluno para as questões vitais da guerra e da paz. Na realidade, as duas dimensões combinam-se e tocam-se. Porque a Resolução de Conflitos age sobre os mecanismos do comportamento humano, seja o de jovens adolescentes, seja o de maduros estadistas internacionais: visa produzir um comportamento que estimule a resolução pacífica dos conflitos.

As matérias a estudar focam-se nos Direitos Humanos e nos Direitos jurídicos e na compreensão dos mecanismos de desenvolvimento da hostilidade e da subsequente violência e no sentido ético da Democracia.

São ainda ensinadas técnicas de resolução de conflitos: mecanismos de relacionamento social e de negociação, como a promoção de debates e de capacidades de argumentação, visando produzir consensos e o autocontrolo de emoções. O debate em torno da igualdade e da diferença é relevante, dado permitir abrir luzes para o relacionamento social inclusivo.

Por isso, são de maior importância as metodologias pedagógicas ativas e reflexivas, em que o aluno construa o seu próprio conhecimento, saber e personalidade: o diálogo e os debates que desenvolvam a capacidade argumentativa, permitindo o debate dos problemas que justificam a hostilidade e a violência e o subsequente conseguimento de consensos.

A pesquisa de informação e a busca de saber por si próprio, e a elaboração de textos, que por sua vez, facilitam o desenvolvimento de mecanismos retóricos, assim como a leitura de livros e o questionamento da moral das histórias, promovendo a discussão entre os discentes. Toda esta panóplia de meios demonstra uma forte aposta numa componente experimental.

5. Educação para a Paz

A educação para a paz visa promover conhecimentos, aptidões e atitudes (valores) com vista a prevenir o conflito, tanto aberto como estrutural. O conhecimento dos Direitos Humanos (no seu sentido mais lato possível – políticos, económicos, sociais, culturais, e de género) é o cerne da matéria a estudar que lida também com tópicos tão candentes como a guerra e paz; a justiça e injustiça; as relações humanas e os valores e atitudes.

A Educação para a Paz aposta fortemente numa pedagogia ativa e reflexiva. Os seus métodos são muito similares, se bem que mais agressivos, aos da Resolução de Conflitos. A elaboração de uma narrativa contra o texto original é central, visando sobrepujar o comportamento inicial do aluno por outro de carácter menos hostil e violento. Há, por isso, uma forte componente experimental e uma busca para que o aluno, por si, construa o seu saber que o ajude a modificar o seu comportamento.

A Mecânica de processamento da resolução de conflitos e da educação para a paz desenvolve, por isso, um conjunto de procedimentos que visa modificar os comportamentos dos alunos em prol de uma atitude mais pacífica e dialogante buscando consensos para dissolver os conflitos:

a) Tomar consciência do problema (conflito e paz);
b) Desenvolver uma preocupação com o assunto;
c) Adquirir conhecimentos e competências relativas ao assunto;
d) Motivar-se para novos valores e atitudes;
e) Ter vontade de agir;
f) Tentar agir com um comportamento novo;
g) Avaliar o seu comportamento e experimentá-lo;
h) Recomendar o novo comportamento;

Há, em todo este processo, uma perspetiva catártica de resolução de um trauma. Na verdade, o seu objetivo

final é a transformação do jovem, uma transformação que perdure para o resto da vida [10].

6. Resolução de Conflitos e Educação para a Paz: diferença

A Resolução de conflitos visa a resolução de problemas, de potencial carácter conflitual e violento, que despontam nas relações humanas. O seu propósito deriva da morigeração ou contenção de conflitos que são algo normal na vivência humana e em tratá-los de forma não violenta, negociando-os e aplacando-os. No quadro de uma sociedade democrática procurar desenvolver um modelo de ação social favorável a resoluções amigáveis dos conflitos.
A Educação para a Paz visa promover, de forma muito mais abrangente, uma cultura de paz, tendo por base a difusão dos Direitos Humanos, procurando mudar comportamentos e estimulando em cada pessoa uma natureza pacífica e mansa na relação com os outros, que obste ao uso de todo e qualquer tipo de violência. Para os seus cultores, há uma relação direta entre os Direitos Humanos e a Educação para a Paz[11]. A resolução dos conflitos tem de passar por uma sociedade justa e equitativa, que inclua todos os seres humanos.

Conclusão

O Ensino da Defesa e a Educação para a Segurança e Defesa e a Paz são currículos escolares elaborados em acordo com a perspetiva do Estado e desenvolvidos pelos Ministérios da Defesa Nacional e da Educação em França e em Espanha.
A Resolução de Conflitos e a Educação para a Paz são projetos de instituições internacionais, como a UNESCO, ou desenvolvidos de moto próprio pelas escolas nos países anglo-saxónicos onde há uma forte tradição de autonomia curricular nas escolas.
Os primeiros visam predispor os cidadãos para a consciência de pertença a uma comunidade política e para a valorização da sua defesa, mesmo que tenham de utilizar a força armada. O paradigma educativo de base aproxima-se mais da Educação Cívica, ou seja, de promover uma educação que adeque o comportamento dos futuros cidadãos à sua comunidade política.
Os segundos procuram desenvolver comportamentos individuais que reduzam a reação violenta aos desafios que os jovens e os adultos encontram no quotidiano, predispondo o comportamento para uma solução consensual entre pessoas desavindas umas com as outras. O paradigma educativo tem uma matriz mais universalista e cosmopolita e aproxima-se mais daquilo a que hoje se denomina de Educação para a Cidadania.
Todas estas formas educativas são trabalhadas em contexto escolar no âmbito da Educação para a Cidadania.
A educação para uma cultura de segurança e defesa tem uma paleta notável de processos de aprendizagem, refletindo contextos e quadros políticos próprios, e que permitem diversos olhares distintos, no que toca ao seu ensinamento.
O problema do seu ensinamento, não deriva da falta de modelos, mas da vontade política em promovê-los na Escola.

[1] Cfr. Paula Carreira, "A Educação Cívica em Aristóteles", *Brotéria*, N.º 4, Abril de 2011, p. 346.
[2] Idem, p. 348.
[3] Cfr. António Manuel Fonseca, *Educar para a Cidadania. Motivações, Princípios, Metodologias*, Porto, Edições Asa, 2001, pp. 29-30 e 35.
[4] Cfr. Concepción Naval Durán, "Uma aproximação à educação para a cidadania na Europa na última década", *Nação e Defesa*, n.º 93, Primavera de 2000, pp. 81 e 83.
[5] Cfr. Maria Praia, *Educação para a Cidadania. Teorias e Práticas*, Porto, Edições Asa, 2001, p. 7.
[6] Veja-se o texto de Tristan Lecoq, Inspetor-Geral da Educação Nacional, com o sintomático título de "Enseigner la Guerre", em que faz um apelo ao estudo da guerra em prol do ensinamento da defesa. O autor considera que esse ensinamento pode ser extraído de três configurações distintas da relação entre a guerra e a sociedade: 1) a história da guerra como história do Estado; 2) as relações internacionais em que se inscreve a guerra; 3) a leitura da guerra como base para o estudo renovado da história da conflitualidade humana. A questão entre a potência do Estado e da Nação e o seu poderio militar e influência externa, assim como a íntima relação entre a política e a guerra estariam presentes em todos estes tópicos e nas temáticas, de carácter histórico, em estudo. Não se pode, por isso, ser mais clássico. Veja-se o texto no sítio do Ministério da Defesa Nacional (ligado ao sítio éduscol do Ministério da Educação Nacional), disponível em http://www.defense.gouv.fr/educadef/defense-et-programmes-scolaires/enseigner-la-defense-textes-generaux/enseigner-la-guerre. O texto foi inserido no sítio em 6-12-2011 ou seja, é muito recente. O texto foi replicado no *site Histoire-Géographie de la Académie de Rouen*: http://hist-geo.spip.ac-rouen.fr/spip.php?article5479.
[7] Seguimos as indicações expressas no sítio do Ministério da Educação Nacional (*Ministère de l´Education Nationale*) sobre as disciplinas de Educação Cívica, História e Geografia, que formam um corpo unificado de saberes que se complementam e servem o ensinamento de defesa em França. Veja-se as referências disponíveis em http://www.education.gouv.fr/cid81/les-programmes.html#Histoire-géographie-éducation civique.
[8] A descrição apresentada baseou-se, em boa medida, na obra de Francisco Javier Casas Álvarez e José Manuel de la Esperanza y Martín-Pinillos, *Educacion para la Ciudadania, La Defensa, Compromisso Solidario al Servicio de la Paz. Ministerio de La Defensa*, Madrid, 2007. Disponível em http://www.portalcultura.mde.es/Galerias/docencia/ficheros/Libro_Educacion_Ciudadania.pdf., e que serviu de base ao desenvolvimento de um programa de educação para a cultura de defesa no sistema de ensino espanhol.
[9] Claudia J. Clayton, Bonnie Ballif-Spanvill e Melanie D. Hunsaker, "Preventing violence and teaching peace: A review of promising and effective antiviolence programs for elementary school children", *Aplied&Preventive Psychology*, nº 10, 2001, consultado em 24 de outubro de 2012 em http://www.positiveaction.net/content/PDFs/Violence_Prevention.pdf., p. 1.
[10] O modelo de Educação para a Paz é descrito de forma muito sistemática em Susan Fountain, *Peace Education in UNICEF*. New York: UNICEF, 1999. Disponível em http://www.unicef.org/education/files/PeaceEducation.pdf.
[11] Tuvilla, José (s/d). "Fundamentacion de la educacion para la paz e los derechos humanos". Disponível em http://www.eip.-ei/edhop.org/espagnol/webfolder/tuvilla/Aularianov99tuvilla pdf.

Autor

Paulo Duarte
Assessor do IDN / Professor Auxiliar da FSCH

Conclusões em Resumo do En

Na Senda da P

BRAGA

Quem esteve presente expressou a sua vontade em querer ser cidadão de pleno direito acreditando que Portugal tem futuro! Num Portugal que terá de basear-se na ética e no desenvolvimento e numa cultura de defesa e segurança.
BRAGA e GUIMARÃES acolheram-nos e disseram-nos que educar será também, cultivar a memória. E, por isso, importa incentivar uma memória dinâmica e criativa pois ela contém a esperança que sendo predominantemente futuro é, também, um passado que raramente admite reedição.

1. A Conferência: NA SENDA DA PORTUGALIDADE

O Senhor **Professor Doutor António Cândido de Oliveira**, da Universidade do Minho, abordou, "em termos constitucionais", a realidade que hoje Portugal vive, de um modo simples e preciso podendo resumir-se:

- Os valores numa sociedade em crise profunda.
- A insegurança como factor negativo numa sociedade apressada.
- O colapso acelerado do Estado social e o desrespeito pela Constituição da República.
- A incúria dos governos e a responsabilidade dos cidadãos face à coisa pública (a República).
- As medidas governamentais não reduziram os problemas crescentes da sociedade portuguesa.
- Portugal é um Estado de direito? Violação das normas constitucionais.
- Os direitos implicam sempre os correspondentes deveres.
- Dos súbditos no antigo regime aos cidadãos das democracias do nosso tempo.
- Direito e/ou dever de mandar.
- O cidadão no mundo moderno.
- O Estado e os seus (nossos) interesses.

contro Nacional de Auditores

Portugalidade

A 2012

- Degradação crescente da vida política.
- Os concursos e as nomeações. Distorção da democracia. Competência e sempre competência.
- Um voto nulo é sempre uma resposta e um alerta a quem quer governar.
- Portugal não deve ter medo de ser posto à prova.
- Não votar é esquecer que somos parte do sistema.

2. No Painel "PORTUGALIDADE, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO"

2.1. O Senhor **Professor Doutor Daniel Bessa**, Presidente da COTEC, como é seu timbre, abordou a realidade que Portugal hoje vive com clareza e de um modo simples e preciso e, das suas palavras poderemos deduzir afirmações como as que se seguem:

- A vontade de emigrar ou um acto de desespero perante políticos sem competência.
- A incapacidade constante para se resolverem os reais problemas do país.
- A falência notória do Estado soberano.
- Devemos ou não sair do euro? Os custos. É pela manutenção na moeda europeia.
- O actual governo português é um conjunto de administradores de uma massa falida.
- Teremos de, forçosamente, reduzir o nosso nível de vida em 10%.
- Os custos da ajuda externa.
- Quem, neste momento, tem coragem para investir em Portugal?
- O papel das nossas exportações e a situação espanhola. Que outras opções para lá de Angola, Brasil e Moçambique?
- Uma nova emigração e um novo retorno.

Mesa do Painel II. Mestre Mário Pontes

2.2. O Senhor **Professor Doutor Manuel de Oliveira Marques**, da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, colocou, na sua alocução, realismo nas suas palavras, bem como saber e verdade (cujo texto será publicado no nosso Boletim) que em resumo... avançamos

- A atitude colectiva que nos conduziu à desgraça.
- As crises nacionais e a capacidade do povo em as ultrapassar.
- A História repete-se, só os actores é que mudam.
- Os erros das elites e as virtudes e os defeitos do comum do cidadão.
- Uma nação doente necessita de um Estado sério e competente.
- O erro que foi o fim do Serviço Militar Obrigatório.
- Um erro (perigo) crasso: a soberania ao serviço da Economia. Até quando?
- O papel anti-nacional e criminoso da Banca.
- Os grandes males:
  1) Défice da dívida pública
  2) Défice da balança comercial
  3) Anacrónico sistema bancário
  4) Mercado de capitais que não satisfaz uma Economia
- Porque não se atacam os problemas?
- O processo desastroso/criminoso das privatizações.
- A falência, por acto manifestamente doloso, da produção agrícola nacional.

3. No Painel "PORTUGALIDADE E SOCIEDADE"

3.1. O Senhor **Professor Doutor Francisco Carvalho Guerra**, da Universidade Católica, com uma participação efectiva e simples, realmente activa, concreta e ilustrada brindou a AACDN com uma palestra clara e baseada numa "vida/experimentada" defendendo, sentindo-o, a PORTUGALIDADE.
Eis um breve resumo conclusivo:

- A vivência dos portugueses com povos e culturas diferentes.
- As malhas apertadas das regras da União Europeia.
- A construção europeia após 1945 e os homens que, esquecendo os interesses dos seus países, lutaram pela Europa dos cidadãos.
- A batalha pelos direitos humanos.
- A necessidade de paciência para se alcançar um real unidade europeia.
- Os valores em queda: a Família, a Igreja e as Instituições.
- A globalização excessiva e a falta de leaders políticos.
- O pensamento do Prof. Adriano Moreira na evolução do pensamento cultural português.

Prof. Doutor Cândido de Oliveira

Prof. Doutor Daniel Bessa

- O Cardeal Ratzinger e o seu antigo alerta para a necessidade de preservar a Família nuclear, base de uma sociedade consistente e livre.
- Terá a Comunicação Social responsabilidade na desagregação da sociedade ocidental?
- A tecnologia e o seu contributo para a evolução da sociedade dos últimos cinquenta anos.
- A ausência de Cultura de um povo pode levar a um mundo de sombras e de perigos desconhecidos.
- Crescer sempre em sabedoria.
- O falhanço do Concílio Vaticano II e a necessidade urgente de um Concílio Vaticano III.

3.2. O Senhor **Subintendente António Manuel Leitão da Silva**, do Comando Metropolitano da PSP – Porto, esteve com a AACDN e da sua participação, efectiva e realmente activa, abordou, com simplicidade e clareza a realidade vivida pelos Portugueses. Da sua apresentação feita de um modo concreto e baseada na sua experiência pessoal, poderemos deduzir as ilações como as que se seguem:

- Portuguesismo e conformismo.
- O legado português através do mundo.
- Os valores nacionais face ao discurso político comum.
- Um pequeno pedaço de terra e o muito que ela pode produzir.
- Será ainda possível, e citando Pessoa, cumprir Portugal?

4. No Painel "PORTUGALIDADE, DEFESA E SEGURANÇA – QUE FUTURO?"

4.1. O Senhor **Capitão de Fragata Armando José Dias Correia**, Comandante do NRP-BÉRRIO, com simplicidade e clareza, abordou um tema "perto" da

Subintendente Manuel Leitão da Silva

Ten. Coronel Carlos Manuel Mendes Dias

Sessão de Encerramento – Dr. Manuel Alves

realidade que hoje se vive em Portugal. O Texto poderá ser lido no nosso Boletim. Aqui ficam algumas "conclusões":

- O mar, os seus recursos e o futuro das nações marítimas.
- A evolução da descoberta dos produtos que existem nos oceanos.
- O petróleo e o seu natural ocaso.
- O petróleo, as alterações climáticas, a globalização e os desafios da sociedade.
- A pesca não tem futuro porque o Homem desbaratou os recursos dos oceanos.
- Portugal, a ZEE e os meios para a explorar e proteger.
- Portugal face aos seus vizinhos marítimos (Espanha e Marrocos).

Prof. Doutor Francisco Carvalho Guerra

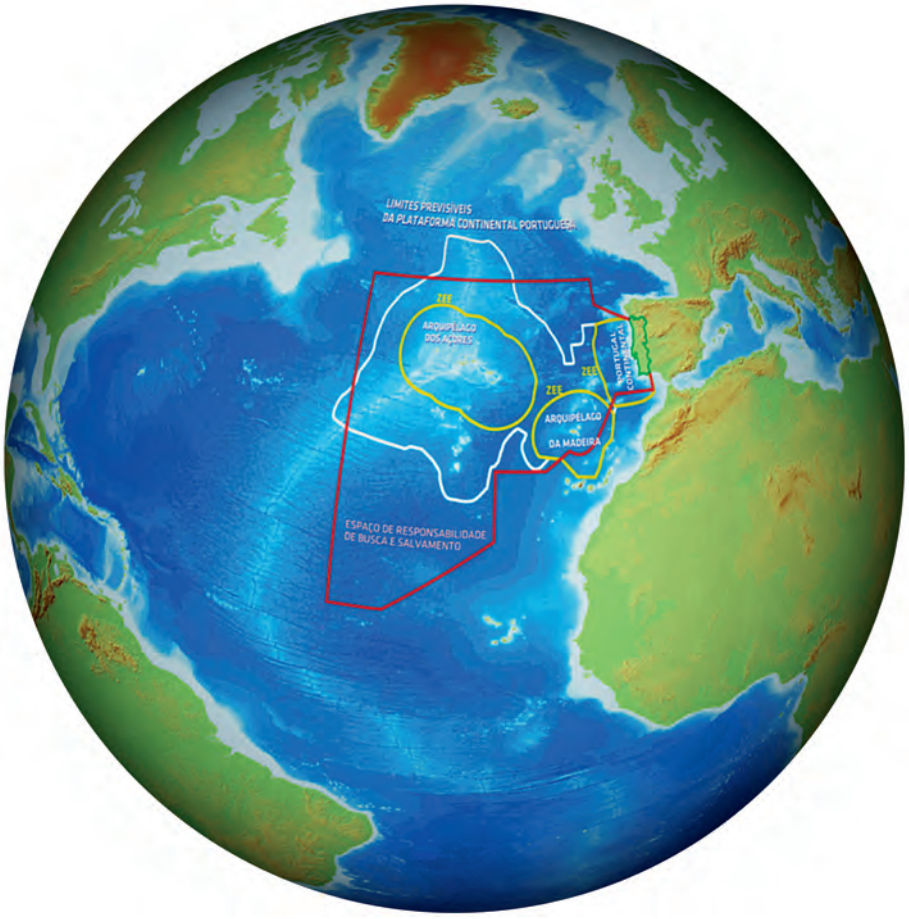
4.2. O Senhor **Tenente-Coronel Carlos Manuel Mendes Dias**, Professor da Academia Militar, perante a realidade que hoje os Portugueses enfrentam, baseou a sua intervenção em experiência vivida ... defendendo a Portugalidade.
Eis um resumo/conclusivo.

- O que é a Segurança nos dias de hoje.
- As origens da insegurança.
- A Defesa e a sua contribuição para a Segurança Nacional.
- Incursão no conceito anglo-saxónico de Defesa.
- A identidade nacional e a sua construção e sustentação.
- O quadro das atitudes negativas que atrasam uma necessária segurança colectiva, logo, toda a necessária estabilidade social.
- A ignorância: um problema crucial de qualquer sociedade.
- Sendo a minoria dirigente uma elite, dela se exige que cumpra o seu melhor na estabilidade securitária do país.
- Como se defende a portugalidade.
- O que é a Pátria nos tempos que correm?
- O que orgulha os portugueses.
- Educação + patriotismo + vontade = firmeza e capacidade de enfrentar e vencer os desafios.

E... COMO CONCLUSÃO FINAL...

Se não se cumprir a Constituição, dificilmente se poderá garantir a Segurança e, sem esta, o reforço da Portugalidade será sempre mais difícil de alcançar.

Dr. Manuel Alves
Tenente-General Frutuoso Pires Mateus



Portugalidade, Defesa e Segurança.

Que futuro no mar?

1. Introdução

Gosto de pensar o futuro. Acho que os políticos e os militares têm a obrigação de o fazer. Os políticos porque devem deixar às gerações vindouras um futuro melhor e só o podem fazer se conseguirem perceber quais são as oportunidades e os desafios que se vislumbram no futuro. Só assim poderão definir políticas que permitam levar a nação ao progresso, ou seja, à afirmação da portugalidade. Os militares porque têm a obrigação de não ser surpreendidos pelos acontecimentos e, para isso, têm de ter, em tempo, a inteligência[1], os meios[2], a doutrina e o treino adequados. Com estas premissas, quando o senhor tenente-general Frutuoso Pires Mateus me convidou para participar num painel sobre «PORTUGALIDADE, DEFESA E SEGURANÇA – Que futuro?», por gosto e por obrigação, respondi de imediato que podia contar comigo[3].

Pensar o futuro é identificar as tendências mais significativas – geopolíticas, tecnológicas, demográficas, culturais, militares – no seu sentido mais abrangente e definir os eventos mais importantes que podem vir a ocorrer. Não se trata de um processo longo e desencorajador, como se pode eventualmente pensar. Intuitivamente todos fazemos isso, por exemplo, atualmente, qualquer português tem uma noção mais ou menos clara de que as dificuldades atuais se projetam muito para além do final da presente crise europeia, e que que Portugal, no mundo altamente globalizado[4], continuará a crescer pouco, divergindo dos valores de referência de crescimento da Europa. No entanto é necessário ver mais longe e a grande maioria dos portugueses não imagina é

que há muitos outros problemas importantes para além dos económicos.

Em tempo de crise, as pessoas tendem a valorizar as questões que sentem com maior proximidade, as mais ligadas à função solidariedade. O mesmo não deve acontecer ao nível do Estado, que tem o dever de olhar mais longe e se preparar, com visão, ambição, pragmatismo e adequados instrumentos de intervenção, por forma a criar condições amplas e sustentadas de bem-estar nacional. Neste âmbito, para a Defesa Nacional[5] a responsabilidade é enorme já que há atualmente um avassalador domínio da incerteza. Mesmo assim, é crucial identificar os cenários mais prováveis de futuro, de forma a assegurar, em tempo, as condições que melhor defendem os interesses nacionais. É esta a motivação para este meu texto[6], vou tentar responder à questão colocada, mas, por questões temporais, circunscrevendo-a aos espaços marítimos. Assim, a pergunta passa a ser «que futuro no mar?».

2. Quais são as principais dúvidas?

Um olhar crítico sobre o futuro nos espaços marítimos revela muitas dúvidas e poucas certezas. No campo das dúvidas, a nível estratégico, resumem-se essencialmente às seguintes três questões:

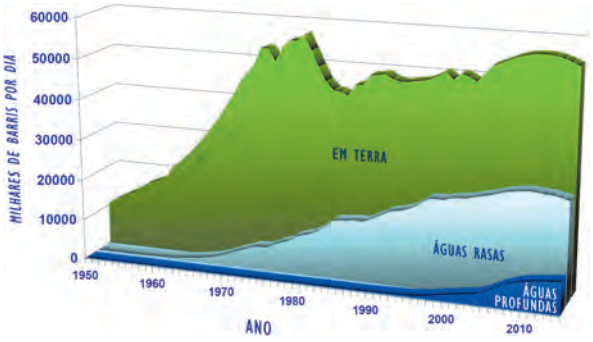
- Qual será o nível de competição pelo fornecimento de energia?
- Qual será o impacto das alterações climáticas?
- Qual será o impacto da globalização?

a. Qual será o nível de competição pelo fornecimento de energia?

Desde logo temos de partir de uma questão fundamental «qual é a origem do petróleo?». No mundo ocidental sempre nos ensinaram uma teoria clássica, ou orgânica, da origem do petróleo sustentando que ele é formado a partir de matéria orgânica que foi abafada e sujeita, durante milhões de anos, a um processo de transformação sob a ação da pressão e do calor da Terra.

Esta teoria tem fácil credibilidade se repararmos que há 50 milhões de anos atrás, por exemplo, na região do Médio Oriente havia um grande mar, o Mar de Tétis, onde viviam inúmeros animais entre os quais grandes baleias. Se recuarmos até ao carbonífero[7], ou seja até há 300 mil anos atrás, ainda mais justificações encontramos.

Assim, tendo em conta a necessidade de matéria orgânica e de tempo de formação, é fácil acreditar que o petróleo um dia acabará. Aliás, segundo vários especialistas estamos nesta altura a atingir o pico do petróleo (pico de *Hubbert*)[8], ou seja, vivemos num período de mudança, por já termos consumido metade do petróleo existente no planeta, o de fácil extração. Assim, o que falta explorar é o de difícil obtenção, por se encontrar em locais remotos como o é caso do fundo do mar ou as regiões polares.



Importância crescente do petróleo do fundo do mar. Fonte: Douglas-Westwood e Energyfiles, World Offshore Oil&Gas Production and Spend Forecast 2009-2013, 10AGO2009. Águas rasas – até 400m. Águas profundas – 400 a 1000 m. Águas ultra-profundas – 1000 ou 1500 m e mais. Em 2015 prevê-se que 39% da produção mundial de petróleo e 34% da de gás venham dos espaços marítimos.

Nesta perspetiva, facilmente se percebe porque é que existe uma grande pressão sobre o Médio Oriente (onde existem reservas provadas de petróleo barato). A situação deverá agravar-se à medida que a China e outros países da Ásia se tornarem ainda mais dependentes deste petróleo. Há, por exemplo, estimativas que indiciam[9] que dentro de 8 anos Pequim será cliente de 80% do petróleo do Iraque e que este se deverá transformar no segundo maior exportador depois da Arábia Saudita.

Então e se o petróleo tiver uma origem abiótica? Esta é uma perspetiva bem diferente, baseada numa teoria inorgânica da origem do petróleo. Esta forma de explicar a origem do petróleo refere que ele é fruto de reações químicas no interior da Terra. Os seus defensores dizem que a teoria biótica nunca apresentou qualquer prova da transformação de organismos em petróleo e que nunca foram encontrados fósseis de animais ou plantas nas reservas de petróleo. Pelo contrário, um grupo de cientistas já conseguiu demonstrar experimentalmente a síntese do etano e de outros hidrocarbonetos pesados em condições não-biológicas. Uma dessas experiências concretizou-se na universidade de Carnegie Mellon[10], em 26 de Julho de 2009, e contou com a colaboração de cientistas suecos e russos. Nela foi possível reproduzir as condições de pressão e temperatura existentes no manto superior, a camada da Terra que fica debaixo da crosta terrestre.

O facto de se ter descoberto hidrocarbonetos em Titã, a lua gigante de Saturno, em 2005, ajudou a reforçar esta teoria.

Até pode ser por esta teoria que se explica a enorme quantidade de petróleo já explorado na Arábia Saudita. No entanto, o que é um facto é que o pico das descobertas de novas fontes de petróleo ocorreu em 1964 e, desde então para cá, tem-se vindo a descobrir cada vez menos. A produção foi aumentando a um ritmo crescente até às crises dos anos 70, quebrando então e retomando depois um ritmo crescente de aumento de produção. Hoje, apenas se descobre um novo barril de petróleo por cada quatro que se produz, com tendência para se agravar cada vez mais a diferença entre a desco-

berta e a produção. As reservas mundiais estão a baixar três vezes mais depressa do que o ritmo a que se fazem novas descobertas[11].

Se o primeiro cenário for o verdadeiro (petróleo biótico) prevê-se que o seu custo continue a subir, porque a sua exploração é cada vez mais difícil e, por isso, mais cara. Além disso, assistiremos a uma maior pressão sobre os locais onde ainda existe petróleo convencional de fácil extração (por exemplo sobre o Golfo Pérsico).

Se o petróleo tiver origem abiótica então é preciso ter em conta que a crosta terrestre em terra firme pode ir dos 20 aos 70 quilómetros e no mar dos 5 aos 10. Assim sendo, o risco associado a uma perfuração é muito elevado e, logicamente, é de prever que os custos sejam cada vez maiores à medida que for necessário procurar mais fundo.

A estes cenários há que acrescentar o risco associado ao transporte. Sendo o petróleo (e o gás) cada vez mais caro maior será a probabilidade de haver assaltos e atos de pirataria em novas áreas geográficas.

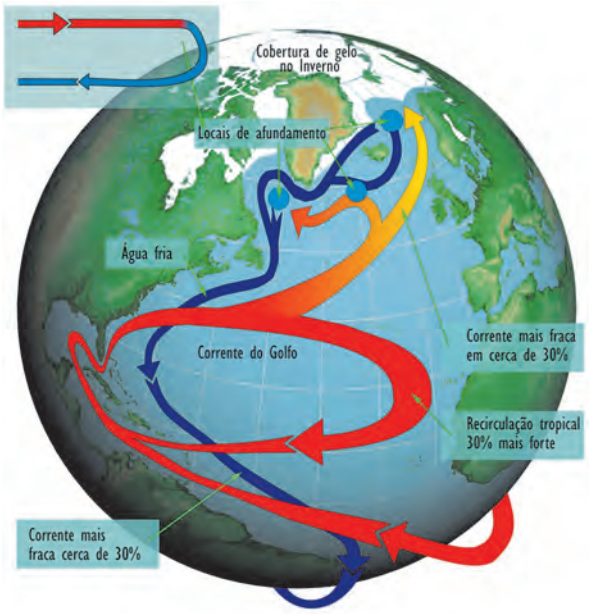
b. Qual será o impacto das alterações climáticas?

Já todos percebemos que a temperatura da Terra está a aumentar. Trata-se de um fenómeno natural e cíclico na vida da Terra e que encontrou na atividade humana um catalisador.

As previsões atuais indicam que a temperatura média da Terra deverá aumentar 3 graus neste século. Ao nível dos polos isso significa um aumento médio de 7 graus centígrados. Em resultado, devemos esperar cada vez mais tempestades catastróficas[12], a acidificação da água do mar (e consequente destruição de inúmeros corais), devido aos elevados níveis de CO_2, e a elevação do nível da água do mar. Prevêem-se novas oportunidades para os humanos nas latitudes mais elevadas e a sua diminuição nos interiores continentais devido à perda de terra agricultável.

Um dos sinais mais evidentes e preocupantes desta evolução é a que podemos constatar na diminuição de velocidade e de fluxo da corrente do golfo, que é responsável pelo clima mais ameno no norte da Europa. Desde 1992 que esta corrente está 30% mais fraca. Tal como aconteceu no passado, chegará o dia em que esta corrente será de tal maneira fraca que se iniciará um processo de arrefecimento do planeta, dando origem a uma nova idade glacial. No passado sabe-se como aconteceu, por vezes durante períodos de transição de mil anos, mas não se sabe como vai suceder no futuro porque não se tem bem a noção do impacto das atividades humanas e assim tudo pode acontecer em muito menos tempo. Sinal disso mesmo é a incrível perspetiva de que em 2030 o Oceano Ártico será navegável todo o ano em todas as suas rotas.

Assim, para efeitos da minha dedução basta-me salientar que este aquecimento atual irá permitir novas rotas comerciais e o acesso às riquezas do Oceano Ártico e do



Os 3° de aumento global da temperatura da Terra previstos até final do século representam 7° nos polos. A Corrente do Golfo está mais fraca em 30% em relação a 1992

Oceano Antártico. O degelo está a acontecer três vezes mais depressa do que os cientistas estimaram ainda há pouco tempo.

A ligação do Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico, através do Oceano Ártico é possível através de duas passagens, a passagem Noroeste, pelo norte do Canadá, e a passagem Nordeste pelo norte da Rússia. Há setenta anos o navio «St Roch», apesar dos bloqueios de gelo, efetuou a primeira viagem de oeste para leste através da passagem Noroeste, tendo necessitado de 27 meses. Em 2000, o navio «St Roch II» efetuou a mesma viagem em apenas um mês. Recentemente, em 2010, fez história o navio de transporte de petróleo «Baltica», um Aframax da empresa russa Sovcomflot, de 114 564 toneladas, por ter partido do porto russo de Murmansk a 14 de Agosto de 2010, escoltado por dois quebra-gelo nucleares, em direção à China pela passagem Nordeste do Ártico. Chegou a 6 de Setembro de 2010 a Ningbo, na República Popular da China, após uma viagem de 13 mil quilómetros, evitando uma viagem de 22 mil quilómetros pelo Canal de Suez, poupando assim 200 000 dólares em combustível e impostos de passagem pelo Suez.

Outra importante consequência estratégica das alterações climáticas é a diminuição das terras aráveis nos interiores continentais e as consequentes migrações populacionais. Segundo as Nações Unidas, atualmente há 21 países com 600 milhões de pessoas a sofrer de escassez de água e terra arável, em 2025 serão cerca de 36 países e aproximadamente 1,4 mil milhões de pessoas. Será certo que as pessoas se verão obrigadas a deslocarem-se para os litorais onde ajudarão a aumentar, ainda mais, a pressão sobre os recursos e a degradar o ambiente. Além disso, os meios de comunicação irão realçar o drama do sofrimento humano e as populações menos afortunadas estarão, progressivamente, mais conscientes da sua situação, ficando menos tolerantes e mais radicais.

Há modelos que prevêm que se se mantiver o atual aquecimento do planeta em 2030 as rotas do Ártico estarão livres de gelo todo o ano.

c. Qual será o impacto da globalização?

Atualmente, noventa por cento do comércio mundial e dois terços do petróleo são transportados por via marítima, pelo que podemos concluir que a globalização tem uma forte expressão nos espaços marítimos, justificando enormes preocupações ao nível da segurança do transporte, em especial junto a litorais de Estados falhados.

O problema reside no facto da globalização ser muito mais do que a circulação de mercadorias e capitais, já que tem, por exemplo, impacto na saúde e na doença, na educação e na cultura e, portanto, mexe com as ambições pessoais das pessoas. Recentemente vimos como a «Primavera Árabe» resultou de um acumular de expetativas não correspondidas, a que não é alheio o veículo da globalização. Agora imagine-se o que se perspetiva tendo em conta que países como o Iémen ou o Egito têm uma grande população jovem, cheia de ambições, e sem perspetivas de futuro. No Egito, por exemplo, o presidente Mubarak foi derrubado e agora instalou-se uma democracia frágil e corrompida, de futuro incerto. Como já se provou no passado, o Egito não é um país qualquer, controla uma via importantíssima da economia moderna.

A globalização terá, por certo, influência no aumento da radicalização de jovens em países sem perspetivas de futuro, no aumento das migrações, no aumento de problemas de segurança no acesso e no transporte de energia, de recursos naturais e mercadorias. Teme-se que ela contribua para um fosso, ainda maior, entre o mundo ocidental e o mundo islâmico com cada vez maior expressão demográfica, até no interior dos países da Europa.

Como se não bastasse há ainda que ter em conta que a Europa tem cada vez menos meios de intervenção, nomeadamente marinhas de guerra.

d. Em resumo

A conjugação entre as previsíveis dificuldades no acesso à energia barata, as alterações climáticas e a globalização lança a Humanidade para um período de grande e profunda incerteza quanto ao seu estilo de vida no futuro. A inevitável pressão em direção aos países do Golfo, onde se localizam as grandes reservas mundiais de petróleo convencional, irá gerar maior instabilidade na região, já por si explosiva.

Pode-se pensar simplesmente que uma nova tecnologia virá substituir o petróleo, nomeadamente o hidrogénio para a locomoção e os polímeros de origem vegetal para a criação de plásticos, pesticidas, adubos, etc. A questão que se coloca é se não virão demasiado tarde, tendo em conta que uma tecnologia madura leva pelo menos 15 anos a ser amplamente utilizada. Por volta de 2030 é provável que se comecem a sentir grandes dificuldades no acesso ao petróleo e, além disso, a mudança de uma tecnologia de base tem um custo elevadíssimo. Por exemplo, um navio que se planear hoje deverá ainda estar no fim do ciclo de vida em 2050.

Vivemos num mundo em mutação, o novo ambiente estratégico correspondente é de enorme dinamismo, interdependência, grande competição e dificuldade de

entendimento, com fenómenos transversais, que preconizam uma visão caótica de viragem civilizacional. Segundo o Professor Geoffrey Till, «*será o presente e o futuro da globalização o maior determinante da forma e da natureza da política mundial, as atitudes governamentais em relação a ela irão, por sua vez, ser os maiores determinantes da estratégia, da defesa e da política naval*»[13].

3. Há Algumas Certezas?

Neste contexto há poucas certezas, podem-se avançar duas:

- Será maior a complexidade nos litorais.
- Irá haver um aumento significativo da competição nos espaços marítimos.

a. Aumento da complexidade nos litorais

Nos países desenvolvidos as populações vivem cada vez mais junto aos litorais e aí tenderão a desenvolver cada vez mais infraestruturas que, em muitos casos, se prolongarão pelo mar. Também se tem vindo a constatar a aparecimento de cada vez mais quintas de energia (nomeadamente geradores eólicos fixos ou flutuantes) em especial no Báltico e Mar do Norte.

Outra vertente que terá um enorme incremento será a aquicultura e a piscicultura. Aqui é importante salientar que aquicultura tem crescido tremendamente nas últimas décadas, ao ritmo de 8,8% ao ano. A aquicultura na Europa ainda não tem muita expressão (19%) e em Portugal muito menos (3%). Em 2030, a aquicultura e a piscicultura terá de ser responsável pelo fornecimento de mais de metade do peixe consumido na Europa[14], pelo que é de prever o aparecimento de muitos projetos nesta área com o consequente e inevitável impacto em termos de poluição.

Exemplos de recursos que podemos encontrar no fundo do mar

Nos países mais pobres a situação é igualmente complexa em resultado, em especial, das migrações humanas motivadas pela globalização e pelas alterações climáticas. Tem-se registado uma tendência para o abandono das terras cada vez menos aráveis e o deslocamento para as cidades, na grande maioria costeiras. As pessoas que migram à procura de oportunidades vão, na verdade, competir por recursos em terra e no mar já por si escassos. Especialmente em África há Estados que não são capazes de exercer a autoridade, onde os jovens se veem sem futuro, os mais velhos se sentem insatisfeitos e excluídos e tudo se complica ainda mais quando aparecem armas relativamente pequenas e altamente letais. Mesmo que os países ocidentais sejam sensíveis ao sofrimento humano, ou se sintam prejudicados nos seus interesses nacionais, ser-lhes-á difícil atuarem porque têm cada vez menos meios de intervenção.

b. Aumento da competição oceânica

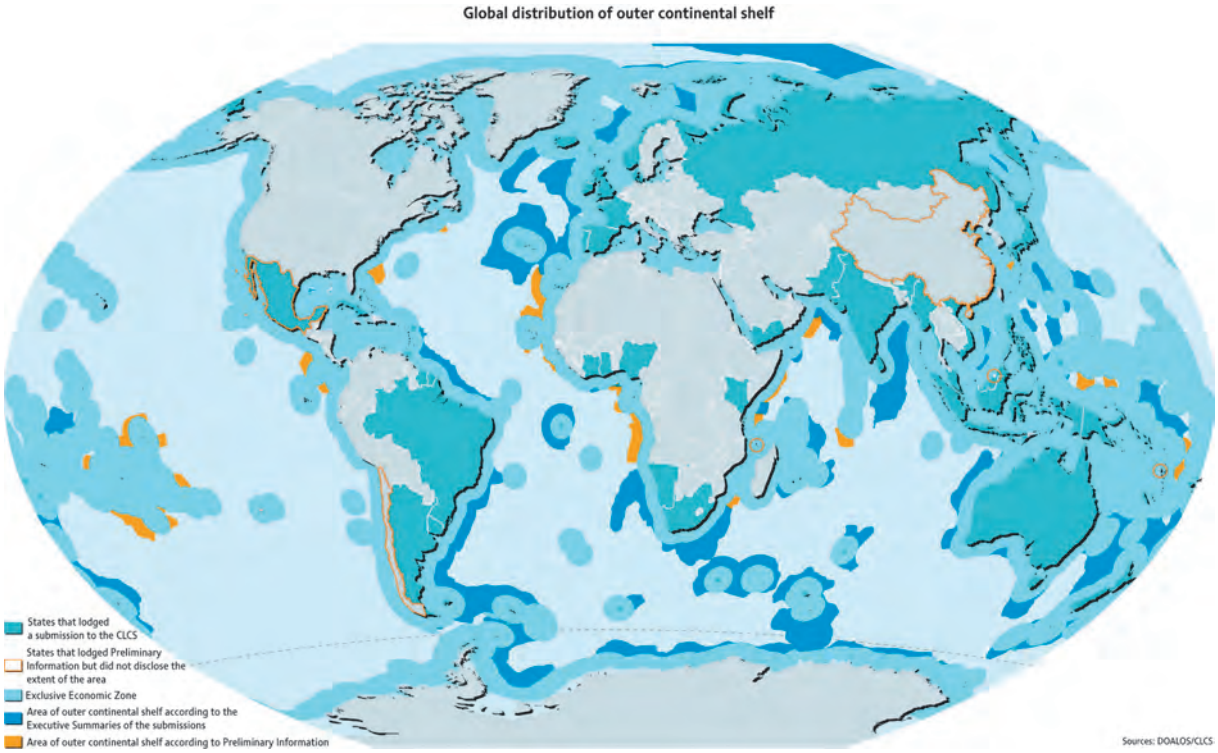
As regiões costeiras desenvolvem-se mais política, económica e demograficamente do que as áreas interiores, porque beneficiam diretamente das vantagens associadas às comunicações marítimas.

O Mar tem sido e será cada vez mais determinante na vida internacional já que as economias globalizadas são muito sensíveis a alterações no fluxo do comércio, tão habituadas que estão ao *just-in-time*. Basta dizer que os navios transportam 90% do comércio mundial, 99,7% do tráfego intercontinental, e são os verdadeiros armazéns da economia moderna. O Suez poderá deixar de ser a rota mais praticada entre a Ásia e a Europa se se mantiverem as perspetivas em relação às rotas do Ártico. O alargamento do Canal do Panamá também irá alterar radicalmente as rotas marítimas com espectável impacto positivo nos portos nacionais. Prevê-se que em 2020 partam da Ásia em direção à Europa cerca de 40 grandes navios porta-contentores.

No futuro, mais competição também significa o incremento da poluição marítima e a utilização dos espaços marítimos pelo crime organizado e por organizações terroristas. Aqui é oportuno lembrar que Portugal importa, por via marítima, todo o petróleo e 2/3 do gás natural que consome. Isto revela bem como a segurança energética é um tema estratégico para Portugal.

A pesca, que sempre foi a riqueza mais tradicional do mar, que outrora foi considerada uma fonte interminável de alimentos, está atualmente em declínio em todas as partes do mundo e há já muitas zonas sobrexploradas ou esgotadas. Perto de 70% dos pesqueiros mundiais estão fortemente explorados ou extintos comercialmente. Segundo vários cientistas, mais de 80% dos stocks comerciais de peixe dos EUA estão sobrexplorados e 90% dos grandes peixes predadores (tais como o atum, o espadarte e o tubarão) desapareceram do oceano[15]. A pesca comercial no Mar do Norte remove entre 30% a 40% da biomassa de peixe por ano. Também desapareceram dos estuários e das águas costeiras, 85% das grandes baleias e cerca de 60% das mais pequenas[16]. A maior parte dos exemplares de peixes pequenos também estão a desaparecer. Em consequência, as criaturas mais familiares do mar, desde os albatrozes às morsas, focas e ostras, todas têm vindo a sofrer perdas enormes.

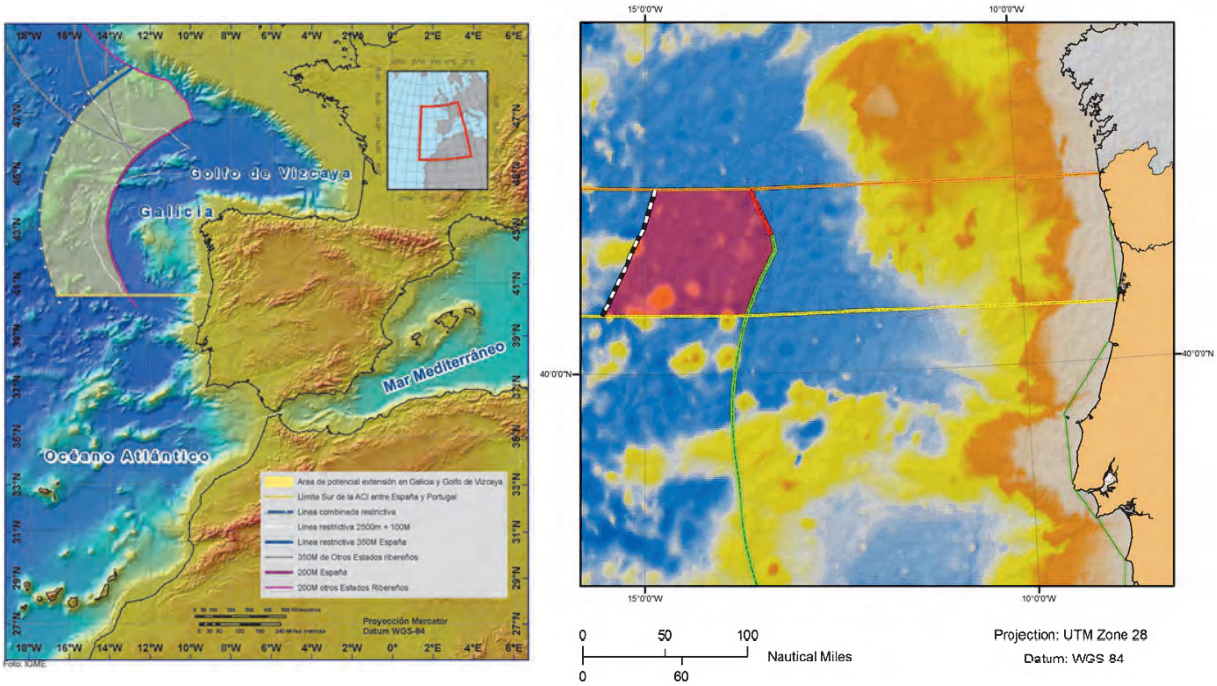
Todos estes desaparecimentos se deram num passado recente. O bacalhau foi pescado ao largo do Canadá durante séculos, mas a sua captura sistemática iniciou-se em 1852. Em termos da sua biomassa, a sua existência



Submissões de pretensões de extensão de plataformas continentais. Nesta altura (2009) havia apenas com meia centena de propostas. Atualmente há 61 e é expetável que possam passar de uma centena já que há cerca de 90 países com condições para apresentarem propostas.

está 96% mais pobre[17]. A caça de tubarões no Golfo do México iniciou-se nos anos 50 do século passado e, desde então, já foram capturados 45 a 99% dos exemplares, dependendo da espécie. Calcula-se que todos os anos são capturados 4 milhões de tubarões por causa das suas barbatanas. De igual forma, o atum-rabino, do Mediterrâneo, está à beira do desaparecimento.

Em relação aos recursos do junto do mar há enormes expetativas facilmente justificáveis. Nos anos oitenta do século passado só se conseguia explorar petróleo sob uma lâmina de água de 400 metros. Atualmente, exploram-se estes recursos sob uma coluna de água de 3000 m, e ainda se perfuram distâncias que podem ir até 12 km. Se tivermos em conta que o Atlântico tem uma profundidade média de 3350 m podemos antever que haverá iniciativas futuras dos Estados ribeirinhos para ampliarem os limites das suas plataformas, em especial se descobrirem indícios de grandes riquezas submersas. Por esta e por outras razões se explica o elevado interesse e empenho dos Estados costeiros na extensão das



A imagem da esquerda é da proposta espanhola de extensão da plataforma continental para a região da Galiza. A imagem da direita é retirada da proposta portuguesa e nela se identifica a área de sobreposição de interesses, abaixo da latitude do rio Minho

suas plataformas continentais (não confundir com Zona Económica Exclusiva!, trata-se de soberania sobre o fundo do mar). Tal resulta da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (Lei do Mar) de 1982 que abriu a possibilidade dos países mais pobres usufruírem das riquezas dos fundos dos oceanos que ficam para além das plataformas continentais dos Estados, ou seja na chamada «Área». No entanto, a grande dinâmica tem estado a ser exercida pelo países mais ricos que já perceberam o enorme potencial que aí podem ter. Recorda-se, por exemplo, que em 2007, foi notícia a colocação de uma bandeira russa no fundo oceânico Ártico. A Dinamarca respondeu com uma expedição científica e o Canadá com uma «operação de soberania», ou seja, manobras militares. Outro exemplo é a reclamação, por parte do Reino Unido de boa parte plataforma continental em torno do rochedo Rockall que é também é disputada pela Irlanda, pela Dinamarca, para as Ilhas Faroe, e pela Islândia. Outro exemplo interessante é a proposta da Argentina, entregue nas Nações Unidas em 2009, onde se verifica a sua ambição de estender a sua plataforma a partir do território continental, incluir as ilhas Malvinas / Falkland e ainda fazer a sua ligação ao prolongamento do território Antártico sobre o qual reclama soberania.

Aqui tão perto estas delimitações também estão longe de estar claras. Por estranho que pareça, a proposta espanhola para a região da Galiza ilustra uma área que se projeta até à latitude de Aveiro. Como será a proposta para a região das Canárias?

Os nossos vizinhos estão conscientes dos desafios que se avizinham e estão a modernizar os meios que lhe garantem a defesa dos seus interesses no mar para garantirem a proteção de recursos e a segurança no mar. Os marroquinos estão a receber três modernas corvetas Sigma e esperam mais uma fragata FREMM, além de vinte e cinco novos caças F16. A Espanha, entre outros meios, conta ter em breve na esquadra oito modernos submarinos.

4. Haverá oportunidades para Portugal?

A dimensão do mar português, um dos maiores no espaço europeu, reúne condições para se expandir ainda mais quando for reconhecida a sua pretensão de expansão dos limites da plataforma continental. Passaremos de 1,7 milhões de quilómetros quadrados para 3,6 a 3,8. Passaremos a ligar os Açores e a Madeira ao Continente sobre solo soberano português.

Em termos futuros, as oportunidades que se vislumbram são muitas e o impacto na economia nacional pode ser enorme.

Desde logo, se houver segurança em terra e no mar poderemos cativar turistas, balneares e náuticos, que deixarão de ir para outras paragens que se vão tornar inseguras. Felizmente, estamos a assistir a um enorme aumento do número de navios de cruzeiro a praticarem os portos nacionais e há cada vez mais provas náuticas internacionais a escalarem o nosso país. O mesmo não acontece noutras paragens, por exemplo nas Seicheles, onde o rendimento do turismo náutico decaiu fortemente.

Os portos nacionais vão ter novas oportunidades com o alargamento do Canal do Panamá e com a melhoria do nível de vida na América do Sul. É, no entanto, preciso fazer muito em Portugal, é necessário, por exemplo, haver condições para transportar por via-férrea contentores para o interior da Europa.

O sector da Energia tem um potencial de crescimento enorme, já que a União Europeia, que é muito dependente de energia externa, tem a ambição de gerar, em 2020, entre 14 a 17% da sua energia a partir de sistemas *offshore*. O nível de ambição irá aumentar para 2030. Vai ser necessário instalar 10 000 novos geradores eólicos no mar com toda a dinâmica associada, nomeadamente 200 000 novos empregos.

Os estudos já realizados alimentam a ideia de que existe petróleo, gás convencional e gás de xisto (*shale gas*) na nossa plataforma continental. De acordo com a informação que recolhi é possível que em breve se efetuem perfurações ao largo da costa entre o Cabo Mondego e Peniche e ao largo da costa vicentina. Cada furo pode custar entre 50 a 100 milhões de euros e pode não ser produtivo. Mas se o fazem é porque têm boas indicações para isso. A taxa de sucesso é de 2 produtivos em cada 5 realizados.

A Pesca é cada vez mais escassa, o futuro passará pela certificação do pescado e pela aquicultura e piscicultura. Em 2030 a aquicultura e a piscicultura terá de representar 50% do peixe disponível no mercado, para compensar a falta de peixe do mar. As algas também terão muitas aplicações, nomeadamente para biocombustíveis, alimentação e até mesmo retenção de carbono.

No fundo do mar contam-se inúmeras oportunidades. Nas fontes hidrotermais dos Açores há estranhas formas de vida, resistentes a situações extremas, e que são uma ótima matéria-prima para a Biotecnologia azul. Sabe-se que há nódulos, crostas e sulfuretos polimetálicos. Poderemos obter do mar manganês, que é importante para fazer aço super-duro, níquel, para o aço inoxidável e cobalto para sistemas que funcionam a elevadas temperaturas. Também já se localizaram depósitos de mine-

rais de terras raras, utilizados em equipamentos de alta tecnologia.

Portugal também já descobriu a sul do Algarve a presença de hidratos de metano. Estes são a energia mais disponível no planeta.

No fundo do mar é possível depositar dióxido de carbono, que fica com o aspeto de gel, e que pode ser uma potencialidade já que podemos receber dinheiro por conta de quotas de carbono previstas no protocolo de Quioto (em revisão).

Se arrancar toda esta dinâmica por certo que se começarão a desenvolver em Portugal novos equipamentos que, por sua vez, poderão ser exportados.

5. Considerações Finais

Vivemos num período de enorme incerteza quanto ao futuro, nunca antes se tinha colocado a possibilidade dos nossos filhos poderem viver pior do que nós. Em pouco tempo e muito graças à tecnologia apercebemo-nos que os equilíbrios estratégicos mudam rapidamente, também mudam as tradicionais fronteiras e espaços de interesse e já hoje contamos com novos aliados e parceiros que enriquecem, densificam e complexificam as nossas tradicionais alianças. Como se tudo isto já não bastasse, a própria natureza encarrega-se de incrementar ainda mais a complexidade de todo este sistema em que vivemos. Assim, aprender a viver num novo mundo sujeito a um constante processo de transformação, dominado pelo acaso e incerteza é cada vez mais o nosso desafio e temos de o saber fazer.

Neste pequeno artigo procurei apresentar uma visão pessoal dos principais desafios que se poderão manifestar nos espaços marítimos, onde também há um conjunto alargado de novas oportunidades que importa, com pragmatismo, aproveitar. O mar que sempre foi uma via de comunicação e uma fonte de recursos vai ter uma nova dimensão, vai ser ele próprio o destino, o alvo de cobiça e disputa pelos recursos que guarda. Nós, portugueses, temos um grande património, fruto da nossa posição geográfica, mas precisamos de o preservar e dele tirarmos proveito. Há muito investimento que se pode fazer com retorno garantido no médio e longo prazo! Para tal só precisamos de ser capazes de criar uma rede que ligue o Estado, as universidades e as empresas nacionais.

O futuro da União Europeia (UE) não é certo e nós temos a obrigação de assegurar o nosso futuro como nação *valente* e *imortal*. No mar os nossos interesses e os da UE podem não ser coincidentes, basta lembrar que países como a Alemanha quase não têm mar, mas têm muita capacidade para atuar nos espaços marítimos e muita influência nas decisões da UE.

No futuro, a nossa liberdade passa, obrigatoriamente, pelo nosso mar! Assim, precisamos de promover a nossa identidade marítima, porque é ela que nos assegura uma vontade nacional forte e unida para vencer desafios que se avizinham.

[1] A palavra inteligência vem do latim inter+legere, que significa ler por entre, ou seja, o que está por trás de, é a capacidade de discernir e pensar a respeito de um determinado tema / assunto. Inteligência entendida como conhecimento que se deve ter antes de se adotar uma linha de ação (decisão).

[2] Esta questão, na sua vertente dos meios materiais, é especialmente sensível na Marinha já que um navio é pensado 10 anos antes de existir e deve ter uma vida útil de 30 anos.

[3] Assim, este texto procura ser fiel à apresentação feita no dia 6 de outubro de 2010, no encontro da AACDN, que decorreu em Braga.

[4] A globalização é um dos processos de aprofundamento da integração económica, social, cultural, política, que foi impulsionado pelo baixo custo dos meios de transporte e comunicaçãono final do século XX e início do século XXI. É um fenómeno gerado pela necessidade da dinâmica do capitalismo de formar uma aldeia global que permita maiores mercados para os países centrais (ditos desenvolvidos) cujos mercados internos já estão saturados. O processo de Globalização diz respeito à forma como os países interagem e aproximam pessoas, ou seja, interliga o mundo, tendo em consideração aspetos económicos, sociais, culturais e políticos.

[5] Na conceção do IDN, a Defesa Nacional é um conjunto de medidas e ações definidas pela política, tanto de carácter militar como político, económico, social e cultural que, adequadamente integradas e coordenadas, e global e sectorialmente desenvolvidas, permitem reforçar as potencialidades da Nação e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torná-la apta para enfrentar todos os tipos de ameaças externas que, direta ou indiretamente, possam colocar em causa a Segurança Nacional.

[6] Naturalmente, trata-se de uma visão pessoal, não se baseando em qualquer doutrina militar em vigor.

[7] Carbonífero (359 a 245 milhões de anos atrás) tem este nome devido as grandes quantidades de carvão mineral encontradas em formações rochosas da época na Inglaterra, onde foram datadas pela primeira vez rochas deste período. Estas grandes formações de carvão tem origem, segundo creem os especialistas, nas grandes florestas e pântanos que cobriam a maior parte das terras imersas do período.

[8] M. King Hubbert é um geofísico que criou um modelo matemático da extração do petróleo que previu que a quantidade total de petróleo extraída ao longo do tempo seguiria uma curva logística em forma de sino (curva de Hubbert). Em 1956, Hubbert com o seu modelo matemático previu corretamente que o pico daprodução de petróleo nos EUA seria em 1970. Embora controverso, este modelo tem-se mostrado, a cada ano que passa, mais eficaz em modelar corretamente a exploração de petróleo.

[9] Miguel Monjardino, «Geografia energética», in *Expresso*, 13 de setembro de 2012.

[10] Carnegie Institution, «Hydrocarbons In The Deep Earth?», in *ScienceDaily*, 27 de Julho de 2009.

[11] James Howard Kunstler, *O fim do petróleo*, Lisboa: Bizâncio, 2006, p. 91.

[12] Este ano já foram notícia algumas tempestades tropicais que chegaram até aos Açores e não há memória de um furação que tenha provocado tantos danos económicos como o recente *Sandy*.

[13] Geoffrey Till, «New Directions in Maritime Strategy?», in *Naval War College Review*, Vol. 60, N.º 4, Autumn 2007, 29-44, p. 29.

[14] Comissão Europeia, *Factos e números marítimos* [em linha], Bruxelas, 2007. Disponível em http://edbl.drapc.min-agricultura.pt/base/documentos/factos_num_maritimos.pdf [Último acesso em 04NOV12].

[15] The Economist, «Troubled waters – A special report on the sea», in *The Economist*, 3 de Janeiro de 2009, p. 3. Ver também Jean-Jacques Maguire (*et. al.*), The state of world highly migratory, straddling and other high seas fishery, resources and associated species, FAO Fisheries Technical Paper 495, Rome, 2006.

[16] The Economist, *op. cit.*, p. 3.

[17] Id., ibid.

Autor

Armando J. Dias Correia
Capitão-de-fragata
Comandante do NRP Bérrio

Praça de São Santiago

Visita a Guimarães

No dia 5 de Outubro, integrado no programa do Encontro Anual de 2012, o grupo de auditores efectuou uma visita a Guimarães " Na Senda da Portugalidade".

Em autocarro cedido pela Câmara Municipal de Braga iniciou-se o deslocamento a partir do hotel Mercure Braga Centro, pelas 09h00 e, menos de uma hora depois fizemos ponto de início no Largo da Condessa Mumadona, no centro histórico de Guimarães, Cidade Capital Europeia da Cultura 2012. Aqui, com o patrocínio da autarquia fomos aguardados pelo técnico superior da Câmara Municipal Dr. Vítor Carvalho Marques, Mestre em Património e Turismo Cultural, pela Universidade do Minho, que gentilmente, se disponibilizou para nos acompanhar e que nos proporcionou informação histórica muito apropriada aos propósitos da nossa visita que, procurarei recordar e relevar no essencial o que ouvimos e observámos.

Desde logo, o nosso ponto de partida do percurso, a pé como convém, reporta-nos à fundadora da cidade, condessa Mumadona Dias, viúva do Conde Hermenegildo Mendes, que em meados do séc. X se estabeleceu na sua quinta de "Vimaranes". Mandou posteriormente edificar muralhas e um mosteiro, onde hoje se encontra a Igreja de N.ª Senhora da Oliveira, abrindo assim condições convidativas à criação do burgo. Detivemo-nos no Largo Cónego José Maria Gomes, mais conhecido por largo da Câmara, focando-nos no edifício, sede do Município desde 1975, o mesmo é dizer que estávamos defronte do Convento de Santa Clara de Guimarães, mandado construir no séc. XVI pelo Cónego Baltazar de Andrade, Mestre-escola da Colegiada de N.ª Sr.ª da Oliveira, para albergar então as freiras Clarissas. Foi recordado, nomeadamente, que estas refinaram uma valiosa doçaria, como o famoso toucinho-do-céu e as tortas de Guimarães, mas que face ao visível sucesso e crescimento do "negócio" em detrimento, alegadamente, do serviço religioso, levou a que arcebispos de Braga tomassem posição decretando sucessivas limitações àquela indústria dos doces. Com a

extinção das Ordens Religiosas no séc. XIX veio a sair a última freira deste convento, por falecimento, em 1891. Chegou este edifício a ser liceu frequentado nos anos 50/60 por um dos nossos colegas auditores presente.
Chegados à Praça de Santiago pudemos fazer deslizar o pensamento até aos alvores da nossa nacionalidade, pois neste lugar, no séc. XI, alguns Francos que acompanhavam o Conde D. Henrique ergueram uma capela dedicada ao apóstolo S. Tiago. Não tendo este templo chegado aos nossos dias, encontra-se gravado no pavimento da praça a expressão latina constante da Carta de Foral, concedida pelo Conde D. Henrique "a vós homens que viestes povoar Guimarães e àqueles que aqui queiram habitar..."
Voltando o nosso pensamento a percorrer os, cerca de dez séculos, agora para cá, vemos uma praça extraordinária, um excelente exemplo de recuperação e requalificação urbana e histórica, com as típicas e tradicionais casas de granito e madeira, as suas belas janelas e sacadas, como eram e estão. Uma praça, agora, de utilização pedonal, onde nos cruzámos com visitantes de nacionalidades diversas, pessoas da cidade e outros portugueses de qualquer sítio, num ambiente a que posso chamar, julgo, um belo lugar do mundo.

Igreja de Nossa Senhora da Oliveira

Depois a Praça da Oliveira, com a presente designação após séculos de "Praça Maior" da cidade. Lenda, tradição ou milagre relacionado com a oliveira que, depois de secar e voltar a florescer, ali esteve durante cerca de cinco séculos, antes da que lá se encontra agora, defronte da Igreja de Santa Maria de Guimarães. A oliveira é elemento integrante do brasão de Guimarães.
Incontornável, por assim dizer, foi também percorrer a Rua de Santa Maria, com o seu traçado irregular, medieval, considerada a mais antiga artéria da cidade, na qual, com grande probabilidade terá passado o primeiro rei de Portugal.
Abordámos ainda, a zona da indústria de curtumes, junto da "ribeira dos couros", pela importância histórica e patrimonial que teve esta actividade vinda desde o séc. XII até meados do séc. XX, lá permanecendo hoje,

Rua de Santa Maria

os testemunhos de um impressionante conjunto de tanques.
Penso que, todo o grupo de auditores ficou com a sensação de que valeu a pena visitar ou revisitar a cidade de Guimarães neste ano de especial significado cultural. Uma cidade de enorme simbologia, quanto à criação e consolidação da Nação Portuguesa, cidade que também é, desde 2001, Património Cultural da Humanidade e onde, apesar das demolições do séc. XIX, de panos de muralha, igrejas e habitações, manteve a sua identidade própria. Foi-nos salientado o significativo projecto do arquitecto Fernando Távora que desde há cerca de 30 anos imprimiu adequada recuperação urbana, projecto bem aceite e apoiado pela população da cidade.
A nossa manhã terminou com o necessário almoço e, para isso escolhemos o Largo do Toural, pelo seu significado. Indo para lá, passamos junto de um pano da muralha inicial da cidade, que "assistiu ao nascimento de Portugal".
Obrigado Guimarães

Autor

António Herlander Pereira Chumbinho, supt-ch
Vice-presidente da Direcção
Sócio n.º 506/94 da AACDN

Adega Cooperativa de Ponte de Lima

A Adega Cooperativa de Ponte de Lima – ACPL – foi fundada em 1959, com sede na rua Conde de Bertiandos, na vila de Ponte de Lima – a vila mais antiga de Portugal.

A Vinha é de longe, em particular no concelho de Ponte de Lima, aquilo que de mais significativo resta da agricultura. Os produtores, seus familiares e trabalhadores representam muito largos milhares de pessoas.

Por outro lado, são esses produtores que sustentam parte importante do comércio, indústria e serviços do concelho de Ponte de Lima.

A Adega Cooperativa, sendo a expressão institucional de mais de 2000 produtores, seus familiares e trabalhadores, constitui sem dúvida a mais relevante estrutura – se se quiser – a maior empresa do Concelho.

Tem, por razões evidentes, uma enorme importância económica e social.

A ACPL está inserida na sub-região do Lima, uma das nove sub-regiões que integram a Região Demarcada dos Vinhos Verdes criada em 18 de Setembro de 1908.

Pelas suas características naturais de solo e clima e pelas castas que possui, a região do Lima produz um vinho único, medianamente alcoólico, frutado e fresco.

Os vinhos produzidos na ACPL resultam da vinificação de uvas perfeitamente maduras das castas regionais. Nos vinhos brancos, destaca-se o Vinho Verde Loureiro que tem expressão especial pela sua magnífica adaptação ao "terroir" da Ribeira Lima, considerada, aliás, pelos especialistas o berço da casta Loureiro.

É um vinho harmonioso, com excelentes qualidades organolépticas, destacando-se o aroma floral intenso característico da casta Loureiro.

Nos vinhos tintos, destaca-se o Vinhão, produzido com uvas da casta do mesmo nome, obtendo-se um vinho verde típico, extremamente encorpado e com aromas frutados, cada vez mais apreciado não só no Norte, mas em todo o País, tendo sido considerado o melhor Vinho Verde Tinto do ano de 2011 pela Ordem dos Engenheiros – Região Norte.

Com um vasto portefólio de produtos de elevada qualidade – cuja produção é dirigida pelo prestigiado enólogo Eng. Fernando Moura –, incluindo Espumantes Loureiro e Aguardente Vínica Velha e Aguardente Bagaceira, ao longo dos últimos anos os vinhos da ACPL têm sido premiados em concursos nacionais e internacionais, como aconteceu em 2011 e 2012, designadamente nos seguintes: *International Wine Challenge* e *International Wine & Spririt Competition* do Reino Unido; *Concours Mondial de Bruxelles,* Bélgica; *Seléctions Mondiales des Vins,* Canadá; e na *PROWEIN*, Alemanha.

A Adega Cooperativa de Ponte de Lima, certificada pela Norma NP EN ISO 9001, foi distinguida com o estatuto de PME Excelência 2011, uma iniciativa do IAPMEI, em parceria com a banca, que visa distinguir o conjunto de pequenas e médias empresas que evidenciem os melhores desempenhos e perfis de risco, no contexto da estrutura empresarial nacional.

A reestruturação interna levada a cabo pela actual Direcção desde 2008, apoiou-se no estudo de diagnóstico realizado pela SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação –, no âmbito do programa Inovagri, desenvolvido pela Confagri.

Entretanto, outros projectos têm sido executados, nomeadamente um projecto individual no âmbito do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, aprovado pela AICEP e o projecto factor PME da AIP, com o apoio COMPETE – Programa Operacional Factores de Competitividade – QREN.

Aumentar e reforçar as exportações constitui um dos objectivos estratégicos da Adega Cooperativa de Ponte de Lima cujos vinhos se encontram já em diversos países da União Europeia, designadamente França Alemanha e Polónia, na Suíça, nos USA e Canadá, Brasil, Angola, Cabo Verde, Japão e Timor.

Autor

Maria Celeste do Patrocínio
Sócia n.º 696/98 da AACDN

Actualidades & Acontecimentos

Visitas de Cumprimentos da AACDN

Visita ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional (AACDN), no âmbito da sua missão e, através dos Órgãos Sociais eleitos, periodicamente, instituiu, a prática de apresentação de cumprimentos aos representantes das instituições dependentes dos Ministérios da Defesa Nacional e da Administração Interna. Pretende assim, a AACDN estabelecer plataformas de cooperação e entendimento mútuo das actividades desenvolvidas por ambas, as entidades, e para que essas sejam parte intrínseca da cultura que a AACDN tem sobre a realidade nacional.

É, neste contexto que, os novos Órgãos Sociais legitimados pela eleição, em Junho findo, da actual Direcção da AACDN já apresentou cumprimentos a Suas Excelências:

Ministro da Defesa Nacional – Dr. José Pedro Aguiar-Branco

Chefe Estado-Maior General das Forças Armadas – General Luís Evangelista Esteves de Araújo

Chefe do Estado-Maior do Exército – General Artur Neves Pina Monteiro

Chefe do Estado-Maior da Força Aérea – General José António de Magalhães Araújo Pinheiro

Chefe do Estado-Maior da Armada – Almirante José Carlos Torrado Saldanha Lopes

A AACDN fez-se representar pelo seu Presidente da Direcção, Tenente-General Frutuoso Pires Mateus, que foi acompanhado por representantes da Assembleia-Geral, do Conselho Fiscal e da Direcção.

Em cada uma das sessões de cumprimentos aos representantes das Forças Armadas e de Segurança, o Presidente e representantes dos Órgãos Sociais da AACDN apresentaram aos diferentes interlocutores, os objectivos que pretendem alcançar no presente mandato, sintetizados no lema de candidatura "Defender e Consolidar a Portugalidade na Senda da Ética dos Valores e do Conhecimento" e a importância que poderia revestir o conhecimento das actividades desenvolvidas pelos diversos ramos das Forças Armadas e de Segurança e a sua relação intrínseca com a actual conjuntura portuguesa, nas suas diversas componentes de natureza, não militar.

Visita ao Chefe do Estado-Maior da Armada

Para a troca de experiências e o espírito de cooperação que a AACDN pretende alcançar com estas visitas foi, sem dúvida, muito importante, o clima de confiança, franqueza, cordialidade dos nossos interlocutores, igualmente comprovadas pela sua disponibilidade em receber, os representantes da nossa Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, o que muito agradecemos.

I Curso de Formação de Formadores dos "Cursos de Voluntários da Defesa" – Instituto da Defesa Nacional

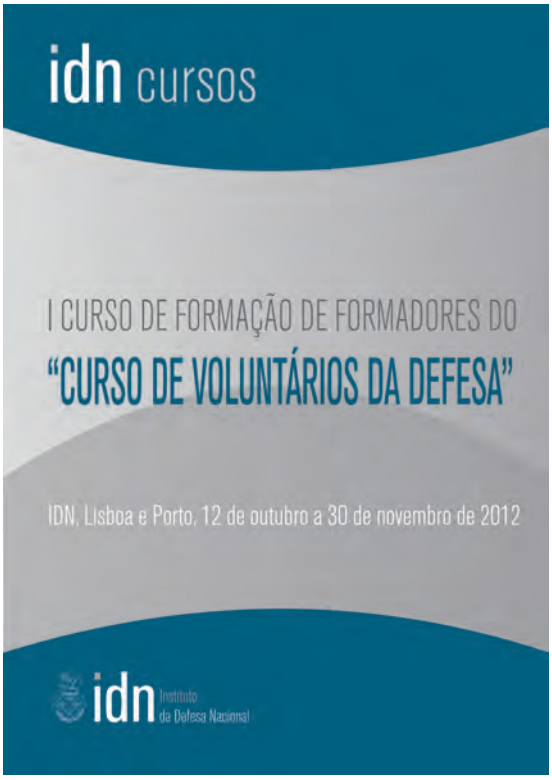
O Instituto de Defesa Nacional (IDN) está a realizar o I Curso de Formação de Formadores dos Cursos de Voluntários de Defesa Nacional que tem como objectivo qualificar os auditores do curso para leccionarem a componente teórica dos "Cursos de Voluntários da Defesa" que serão ministrados, designadamente, aos "Cadetes do Mar" e aos "Cadetes do Exército" de Portugal, enquanto frequentam a sua formação inicial nas Unidades de Cadetes do Mar e do Exército distribuídas pelo país.

Os "Cursos de Voluntários da Defesa" para "Cadetes do Mar" e "Cadetes do Exército" serão ministrados em parceria com instrutores locais e vão ser certificados pelo IDN, funcionando, nomeadamente, nas escolas aderentes, em associações da sociedade civil, e em associações ligadas às Forças Armadas nas quais se instalaram as Unidades de Cadetes acima referidas.

Os participantes deste Curso de Formação de Formadores, cerca de quarenta, são provenientes dos antigos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional e dos Cursos de Defesa para Jovens, ministrados no IDN, Militares dos Quadros Permanentes das Forças Armadas e dirigentes da Associação de Escoteiros de Portugal (AEP).

O I Curso de Formação de Formadores dos "Cursos de Voluntários da Defesa" decorre, em simultâneo, nas instalações do Instituto da Defesa Nacional em Lisboa e por sistema de videoconferência nas instalações do IDN do Porto.

O Curso de Formação de Formadores decorre todas as sextas-feiras, com duas sessões de duas horas, das 14h00 às 18h30 entre 12 de Outubro a 30 de Novembro de 2012.



1 de cada vez

Muitos continuam
a ser os Auditores
dos Cursos de Defesa Nacional que,
ao longo de mais de três décadas,
se notabilizaram
nas mais diversas áreas: nas Artes
ou nas Letras,
nas Ciências ou
na Educação, na Política ou na Guerra.
Porque a sua acção
é digna de mérito,
vale a pena ficar
a conhecê-los... indiscriminadamente...

Francisco Marques Fernando nasceu a 2 de Setembro de 1943 na invicta cidade do Porto. É casado com a Ana Maria e tem duas filhas, a Fernandina e a Sónia.

É licenciado em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa.

Tem o 2.º ano do curso de Direito da mesma universidade, bem como a frequência do 1.º ano do Mestrado em Estratégia no Instituto Superior de Ciências Sociais e Politicas da Universidade Técnica de Lisboa. Tem, também, o curso de Estudos Europeus, vertente jurídica, da Universidade de Coimbra, frequentado no ano lectivo de 1986/87, na cidade do Funchal.

Como Aspirante-a-Oficial Miliciano, foi chefe de várias secções do Distrito de Recrutamento e Mobilização n.º 3, em Beja. Cumpriu, como Alferes Miliciano, uma comissão de serviço em Angola, integrado no Batalhão de Caçadores n.º 1875, durante 28 meses, de Janeiro de 1966 a Maio de 1968, tendo-lhe sido atribuída a medalha das Campanhas (Angola).

Como Tenente, foi Instrutor na Escola Prática de Administração Militar, de 1970 a 1971, e Chefe de Secção da Repartição de Recrutamento da Direcção do Serviço de Pessoal do Ministério do Exército, de 1971 a 1974.

Foi Adjunto do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, de 1974 a 1979, na vigência dos I, II, III e IV governos constitucionais, sob o mandato dos ministros da Defesa Nacional, Firmino Miguel, Loureiro dos Santos e Adelino Amaro da Costa. Foi Oficial de Segurança da Documentação classificada, ao mais alto nível, no Gabinete do MDN.

Foi Professor no Colégio Militar de 1979 a 1981 e, em acumulação, Director da Biblioteca deste Estabelecimento Militar de Ensino.

Foi Adjunto do Almirante Chefe da Divisão de Logística do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Foi Ajudante-de-Campo do Director do Departamento de Operações do Estado-Maior do Exército, do Comandante-Chefe das Forças Armadas do Arquipélago da Madeira e do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército.

No Instituto de Altos Estudos Militares, em Pedrouços, frequentou o Curso de Promoção a Oficial Superior, tendo sido promovido a Major do QTS em 1 de Outubro de 1994.

Foi o primeiro Chefe de Redacção do *Jornal do Exército* a ser distinguido com o *Prémio Balula Cid*.

Terminou a sua carreira militar no *Jornal do Exército* como Chefe de Redacção e Assessor do Director.

Por despacho do General Vice-Chefe do EME, foi nomeado representante do Exército Português na XII Conferência de Editores Ibero-Americano de Publicações Militares, que teve lugar em Fort Leavenworth, Kansas, EUA, de 13 a 19 de Junho de 1999.

Tem dois louvores de Ministro, um de General CEME e dois de Oficial General, entre outros, e foi condecorado com as medalhas de Mérito Militar, 2.º e 3.º classes, D. Afonso Henriques – Mérito do Exército, 2.ª classe, e Comportamento Exemplar, prata e ouro.

Em 1999/2000, frequentou o Curso de Auditores de Defesa Nacional, sendo o Associado n.º 689/2000 da AACDN.

Em 2007, frequentou o Curso de Política Externa, no ID/Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Na AACDN foi membro de quatro direcções, respectivamente como Secretário, Vogal e duas vezes Vice-Presidente.

Encetou a publicação do *Cidadania e Defesa*, da sua inteira responsabilidade como Editor, e é o "Pai" desta secção, *Um De Cada Vez*.

Empresas e Instituições amigas da AACDN

Visite o nosso site em:
www.aacdn.pt

Consulte o nosso Blog através de:
http://aacdn-aacdn.blogspot.com

Visite-nos em:
Praça do Príncipe Real, 23 - r/c Dtº, 1250-184 Lisboa
Telefone: 00351 21 346 5888
aacdn.sede@mail.telepac.pt